

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E JUVENTUDE RURAL: POSSIBILIDADES  
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA MICRORREGIÃO ENTRE  
RIOS - PR**

**CINTIA NATACHA TAKAHASHI**

**MARINGÁ**

**2010**

**CINTIA NATACHA TAKAHASHI**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E JUVENTUDE RURAL: POSSIBILIDADES PARA O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL DA MICRORREGIÃO ENTRE RIOS - PR**

Dissertação apresentada por CINTIA NATACHA TAKAHASHI ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração: Análise Regional e Ambiental, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Mendes Rocha

**MARINGÁ  
2010**

T136e Takahashi, Cintia Natacha.

Economia solidária e juventude rural: possibilidades para o desenvolvimento local na microrregião de Entre Rios - PR/  
Cintia Natacha Takahashi. – Maringá : Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2010.

129 f.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá - UEM.

1. Juventude rural. 2. Políticas públicas. 3. Agricultura familiar. 4. Economia solidária. I. Universidade Estadual de Maringá - UEM. II. Título.

(21 ed) CDD: 307.24

Bibliotecária Responsável  
Inês Gemelli  
CRB 9/966

**CINTIA NATACHA TAKAHASHI**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E JUVENTUDE RURAL: POSSIBILIDADES  
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA MICRORREGIÃO ENTRE RIOS – PR**

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha (Orientador) - UEM**

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Celene Tonella - UEM**

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cicilian Luiza Lowen Sahr - UEPG**

**MARINGÁ**

**2010**

*Na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.*

*Paulo Freire*

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta pesquisa a Deus pelo seu infinito amor  
e misericórdia pela minha vida e pela humanidade.*

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus pelo amor, força e coragem que me proporciona em todos os momentos da minha existência.

Aos meus pais Edson e Ednéa pelo amor, carinho e dedicação de verdadeiros condutores do amor em minha vida;

Aos meus irmãos Tatiana e Davi, cunhados Maxwell e Luanda e ao querido e amado sobrinho Guilherme pelo novo ar que trouxe a nossa família;

Ao namorado, companheiro, amigo e amado Eder pelo homem, educador e ser humano que tanto admiro e respeito e que agradeço a Deus por estar em minha vida.

Ao orientador Professor Dr. Márcio Mendes Rocha e todos os professores do Programa de Pós-Graduação da Geografia;

Aos meus grandes e verdadeiros amigos de todas as horas, pelas conversas, conselhos, devaneios, discussões e principalmente crescimento Maria Aparecida Alves, Jéferson Soares Damasceno, Mariana Vieira Galuch, Maria Clara Corrêa Tenório, Bianca Burdini Mazzei, Leandro Torino Silva, Valkíria Trindade de Almeida Santos, Ricardo Luiz Tows, Camila Viana Vieira, Mariana Beatriz Taques, Esmerinda Nogueira do Prado Naves, Ivan Walisson Carrito, Max Emerson Rickli, Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo, Terezinha Aparecida da Silva, Mayra Soares Mugnaini.

A todos os acadêmicos e professores que passaram pela Incubadora UNITRABALHO (Umuarama e Maringá) e contribuíram de alguma maneira para que este trabalho tenha sido realizado.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos que deram fôlego e ânimo em momentos da minha vida.

TAKAHASHI, Cíntia Natacha. **ECONOMIA SOLIDÁRIA E JUVENTUDE RURAL: POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA MICRORREGIÃO ENTRE RIOS – PR.** 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Márcio Mendes Rocha, 2010.

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto verificar juntos aos jovens, alunos do ensino médio, com idade entre 15 a 25 anos, filhos de produtores da região CONSAD ENTRE RIOS, a realidade em que vivem em suas propriedades, bem como saber quais são suas expectativas de futuro. Nesta pesquisa foram realizadas visitas nas propriedades dos jovens, as quais foram levantadas junto ao responsável pela propriedade, na maior parte das entrevistas feita com o pai, a respeito de informações socioeconômicas da família, características da sua propriedade e produção. O conceito de juventude pode estar associado a diversas perspectivas: etária, do trabalho, sociológica, cultural, cada autor utiliza uma dessas abordagens ou combinações entre elas. Nossa pesquisa abordará a juventude como uma representação social com papéis sociais diversos e mais especificamente o jovem rural aqueles (as) que estão em fase de preparação para o mercado de trabalho e que ainda não constituíram família. Os jovens no meio rural não gozam dos mesmos direitos dos jovens que vivem nas cidades, a ausência de alternativas concretas e viáveis para sua permanência no campo fazem com que muitos aspirem por projetos futuros fora do rural. Para compreendermos a realidade vivenciada dos jovens no campo é preciso remeter-nos ao entendimento da história há pelo menos meio século. A partir da década de 1930, com a fase da implantação da modernização agrícola, o produtor familiar iniciou a mudança na produção. Compreender esse contexto no qual ele está inserido, faz parte do trabalho, para então pensarmos em algumas práticas que possam fortalecer e revigorar as pequenas unidades produtivas familiares na região. Nesta pesquisa levantamos também as políticas públicas executadas no país e observamos a insuficiência para os jovens do campo. De acordo com alguns autores, as políticas públicas para os jovens ainda carecem de mais atenção, tendo em vista que o que está sendo planejado no Brasil, está sendo planejado ainda sob a perspectiva urbana. A proposta da economia solidária neste trabalho se faz como uma política pública de inserção e ampliação das alternativas de futuro para os jovens, ela precisa colocar em suas ações os jovens na participação e na formulação de suas reivindicações e propostas concretas que apontem para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural e que solucionem os graves problemas vivenciados atualmente pela juventude rural.

**Palavras-chave:** juventude rural, políticas públicas, agricultura familiar, economia solidária

## ABSTRACT

This work has as objective to verify the youth, high school students, aged 15-25 years, children of the region's producers CONSAD ENTRE RIOS, the reality they live in their properties as well as knowing what their future expectations. In this research visits were made in the properties of young people in which they were raised together responsible for the property, mostly from interviews made with her father, information on socio-economic family, characteristics of their property and production. The concept of youth may be associated with several perspectives: age, work, sociological, cultural author uses each of these approaches or combinations of them. Our research will address the youth as a social representation with different social roles and more specifically the young rural ones (as) that are in preparation for the labor market and not yet formed family. Young people in rural areas do not enjoy the same rights of young people living in cities, the absence of concrete and viable alternatives for their stay in the field make many aspire for future projects outside the country. To understand the lived reality of young people in the field is necessary to refer us to an understanding of history is at least half a century. From the 1930s, with the phase of the implementation of agricultural modernization producer family initiated the change in production. Understanding this context to which it is inserted part of the job and then think about some practices that can strengthen and invigorate small family production units in the region. This research also raised the public policies implemented in the country and the failure to observe the youth of the field. According to some authors the public policies for young people still need further attention in view of what is being planned in Brazil is still being planned under the urban perspective. The proposal of the social economy in this work is done as a public policy of integration and expansion of alternative futures for the young, it needs to put his actions in the youth in participation and in formulating their claims and to suggest concrete proposals to build an alternative project for rural development and to resolve the serious problems currently experienced by rural youth.

**Word-key:** rural youth, public policy, agriculture family ,solidarity economy

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alimentos produzidos e comercializados .....	58
Tabela 2- Acesso a terra segundo grupo de área (HA). .....	59
Tabela 3- Quantidade de habitantes segundo escalas .....	67
Tabela 4- População do território CONSAD ENTRE RIOS durante a década de 1990 .....	68
Tabela 5- Número de empreendimentos por mesorregião no paraná .....	97

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população rural no noroeste paranaense.....	44
Gráfico 2- População residente segundo a situação de domicílio, Mesorregião Noroeste paranaense.....	48
Gráfico 3- Origem das famílias .....	54
Gráfico 4- Escolaridade do responsável e cônjuge.....	55
Gráfico 5- Número de Filhos por Família.....	56
Gráfico 6- Área de atuação dos empreendimentos econômicos solidários no Paraná.....	97

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Planos de estudos dos jovens entrevistados.....	70
Quadro 2- Programas federais para a juventude em execução.....	72

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Localização dos CONSAD no Brasil.....	66
---	----

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Divisão político-administrativa da mesorregião noroeste paranaense .....	442
Mapa 2 - Localização dos lotes rurais entrevistados. ....	4853
Mapa 3- Número de empreendimentos mapeados no Paraná .....	95

## LISTA DE FOTOS

Foto 1- Jovens produtores da região Entre Rios.....	44
Foto 2- Propriedade de Maria Helena.....	1248
Foto 3- Igreja na propriedade da família de Rondon.....	1254
Foto 4- Encontro de formação em economia solidária.....	125
Foto 5- Encontro de formação em desenvolvimento local.....	56
Foto 6- Propriedade em Guaporema.....	56
Foto 7- Vista da Propriedade.....	56
Foto 8- Produtora de Mariluz.....	97

## LISTA DE SIGLAS

<b>AMERIOS</b>	Associação dos Municípios Entre Rios
<b>ANTEAG</b>	Associação Nacional de Trabalhadores Em Empresas Autogestionárias
<b>APL</b>	Arranjo Produtivo Local
<b>CÁRITAS</b>	Rede Cáritas Internacionali
<b>CAU</b>	Campus Avançado de Umuarama
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos Do Brasil
<b>CNPQ</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico E Tecnológico
<b>CONSAD</b>	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
<b>CONTAG</b>	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
<b>DAP</b>	Declaração de Aptidão Ao Pronaf
<b>DERAL</b>	Departamento de Economia Rural
<b>DPP</b>	Diagóstico de Potencialidades Produtivas
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>EMATER</b>	Empresa e Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>FASE</b>	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
<b>FETRABALHO</b>	Federação das Cooperativas de Trabalho
<b>FIEP</b>	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH-M</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>IEES</b>	Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários
<b>IPARDES</b>	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolviemtno Social e Combate à Fome
<b>MST</b>	Movimento Sem Terra
<b>PACS</b>	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
<b>PIBIC</b>	Programa de Bolsa de Iniciação Científica
<b>PIC</b>	Programa de Iniciação Científica
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PRONINC</b>	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
<b>SBPC</b>	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
<b>SEAB</b>	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná

**SENAES**      Secretaria Nacional de Economia Solidária  
**SENAR**        Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
**SESAN**        Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
**SETI**          Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
**UEM**          Universidade Estadual de Maringá  
**UNTRABALHO**    Fundação Interuniversitária de Estudos Pesquisa sobre o Trabalho

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2 AGRICULTURA E JUVENTUDE RURAL.....</b>	<b>21</b>
2.1 Questão agrária no Brasil.....	21
2.2 Juventude Rural .....	26
2.2.1 Um entendimento sobre juventude.....	26
2.2.2 Juventude Rural.....	31
<b>3 MESORREGIÃO NOROESTE PARANAENSE.....</b>	<b>41</b>
3.1 Características físicas e demográficas.....	41
3.2 A Questão Agrária na Mesorregião Noroeste.....	45
3.2.1 Características gerais das propriedades familiares pesquisadas .....	50
3.2.2 Os Jovens da Região CONSAD ENTRE RIOS.....	64
<b>4 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>78</b>
4.1 A Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local.....	85
4.1.1 A ecosol no Paraná e na Região CONSAD ENTRE RIOS .....	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>114</b>
<b>FOTOS .....</b>	<b>122</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A microrregião CONSAD<sup>1</sup> ENTRE RIOS, localizada na Mesorregião Noroeste Paranaense, é composta por pequenas unidades familiares de produção policultora. A partir da crise do café, a busca de alternativas passou a diferenciar as pequenas e grandes propriedades. Os grandes proprietários, em sua maioria, migraram da cultura do café, com uso intensivo de mão de obra, para a pecuária de corte, que absorve pouca mão de obra. As propriedades familiares, em que a pecuária de corte é inviável, foram ocupadas por outras culturas viáveis para a sua sustentabilidade, passando pela produção de cereais, de fruticultura, de sericicultura e pela produção leiteira. Dessa maneira as unidades familiares procuraram meios para sobreviverem a tantas mudanças.

Atualmente, na região, observa-se que os produtores das unidades familiares têm sido expulsos pelo crescente avanço dos sistemas apoiados em grandes áreas monocultoras, principalmente dos plantios de cana-de-açúcar, que transformam a paisagem, incorporando espaços rurais que anteriormente eram destinados a diversificação da produção agrícola.

Esta pesquisa se baseia na investigação das formas utilizadas para o estabelecimento das propriedades familiares no campo a partir do desenvolvimento local, estudando especificamente a juventude rural, considerando a importância desse grupo para a fixação das futuras gerações na área rural, já que é formada por filhos de produtores de leite e hortifrúti da região noroeste paranaense mais especificamente da microrregião CONSAD ENTRE RIOS. A relevância da área pesquisada se legitima através da parceira do projeto de extensão denominado Projeto Xetá, aprovado pelo CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico desenvolvido por professores da Universidade Estadual de Maringá e pela autora desta dissertação, Assessora Técnica da Incubadora<sup>2</sup> de Empreendimentos Econômicos Solidários do Campus Avançado de Umuarama-IEES/CAU-UEM.

---

<sup>1</sup> CONSAD ENTRE RIOS- Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local ação estratégica do Ministério Social e Combate à Fome-MDS para geração de oportunidades de trabalho e renda nas regiões periféricas do país.

<sup>2</sup> A Incubadora universitária tem como um dos seus objetivos integrar a Universidade e os trabalhadores p/ara desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho- Texto extraído do folder do Núcleo/ Incubadora UNITRABALHO-UEM.

Qual o papel do jovem dentro do contexto da microrregião CONSAD ENTRE RIOS? Até que ponto as ações realizadas sob a perspectiva da Economia Solidária poderão funcionar como estancamento no processo de esvaziamento e envelhecimento do campo? Quais os limites e desafios que permeiam o contexto da organização, da produção e da política da região? A questão central da pesquisa é: como garantir a sobrevivência das unidades produtivas familiares no campo, a partir da juventude rural na microrregião CONSAD ENTRE RIOS?

No primeiro capítulo, iremos abordar alguns conceitos como agricultura familiar e juventude rural e/ou jovens rurais, ou seja, o que este jovem representa na sucessão familiar e na continuidade das atividades no campo.

Nosso maior desafio neste trabalho foi entender o que realmente eles querem para suas vidas, quais responsabilidades estão assumindo no que diz respeito à perpetuação das pequenas unidades produtivas familiares.

No segundo capítulo, trataremos das ações realizadas junto aos jovens. Os dias de formação, bem como o dia de campo procurando mostrar todas as ideias e pensamentos que estes jovens nos relataram durante os encontros, além de caracterizar suas propriedades. Por conta da diversidade de condições de existência dos proprietários familiares investigados, buscamos delinear neste trabalho alguns jovens nas entrevistas com o intuito de melhor compreender diferenças e semelhanças deste extenso universo denominado juventude rural.

No terceiro capítulo, iremos debater a economia solidária enquanto política pública, sendo esta a possibilidade de um caminho para ações de desenvolvimento local, além de discutir quais são os limites e desafios no contexto da organização, da produção em seus aspectos político/econômicos na região.

Para a realização deste trabalho foram feitas visitas em algumas propriedades, em cada município, em que foram filmados e gravados todos os encontros. Para a entrevista, fizemos um roteiro semiestruturado com cada um dos produtores ou responsáveis pela propriedade, contudo, não ficamos presos a este roteiro, tendo em vista a dinâmica e riqueza que compõem o meio rural, na medida em que a conversa fluía as indagações iam surgindo. Também foram aplicados questionários com alguns

produtores da região a fim de entendermos o seu cotidiano, bem como sua produção, para nos auxiliar na compreensão e na percepção destes trabalhadores.

Participamos também de encontros de formação com os filhos destes produtores realizados pelo projeto XETÁ. Estas formações aconteceram em finais de semana, os temas abordados buscavam estimular e capacitar jovens trabalhadores do campo, para que eles a partir de seu cotidiano na propriedade, pudessem introduzir novas perspectivas de gestão e produção, melhorando os ganhos na propriedade valorizando as atividades produtivas regionais.

Ao finalizar, permanece o desafio de dar continuidade às ações concretas, propostas neste trabalho.

## **2 AGRICULTURA E JUVENTUDE RURAL**

### **2.1 Questão agrária no Brasil**

Para compreendermos a atual situação das pequenas unidades produtivas familiares no país e especificamente da agricultura familiar, é preciso entender a Questão Agrária que tem sua origem no Brasil Colônia, na grave distorção da distribuição das terras e depois na negociação das terras. O problema agrário atual tem suas raízes na natureza e na forma assumida pelo processo de ocupação do território brasileiro.

A Lei da Terra criada em 1850, dizia em resumo que quem já tinha terra doada pela coroa poderia legalizá-la e tornar-se proprietário, e quem não tinha, só poderia ter se comprasse. Dessa forma o acesso legal a terra foi garantido a quem já a possuía. Assim sendo a Lei da Terra garantia o acesso restrito as terras apenas os quem tinham capital para comprá-las, com isso criava-se um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista.

O período da proibição do tráfico de escravos e da Lei da Terra vai de 1850 a 1888, marcando a decadência do sistema latifundiário-escravista e a partir daí começa a consolidar no país pequenas fábricas que servem para fortalecer e reforçar os vários centros urbanos. Este princípio de industrialização e conseqüentemente de urbanização vai provocar alterações na produção agrícola (SILVA, 1989).

No entanto, já no ano de 1930, a dinâmica da economia nacional passava por transformações em razão da criação do mercado interno induzido pela urbanização. Desse modo, a agricultura também sofre modificações, passando a produzir para o mercado nacional, sendo necessária a transformação em sua base de produção, importando máquinas e insumos.

Diante dessas mudanças na economia e na agricultura brasileira, no início dos anos 1960, começam a ser instaladas fábricas de máquinas e insumos (indústrias de tratores e equipamentos agrícolas, fertilizantes químicos, rações, etc.). A agricultura teria que criar mercado consumidor para esse “novo” meio de produção. Para que isso fosse garantido o Estado teve um papel importante neste processo, implementando uma série de políticas agrícolas para incentivar a compra desses novos produtos e acelerar a

incorporação das modernas tecnologias pelos produtores rurais, conforme Silva, 1989 nos relata.

Assim, a modernização da agricultura brasileira impôs modificações substanciais no perfil técnico e econômico da agricultura sem ser capaz, entretanto, de evitar a exclusão dos agricultores familiares. Esse modelo de desenvolvimento gerou concentração de terra e da renda no meio rural, marginalizando o segmento de agricultura familiar (SABOURIN, 2007).

Sendo assim, a Questão Agrária, assim como a agricultura, responde aos desafios e cobranças colocados pela expansão do capitalismo urbano e manifesta-se como fundamento para definir o estilo de desenvolvimento do país. O rompimento do latifúndio provocaria a possibilidade de estreitar o mercado doméstico e de construir uma sociedade menos desigual, mas predominou o pacto conservador, que preservou a “grande propriedade, excluiu os trabalhadores rurais e agricultores familiares das conquistas trabalhistas concedidas aos trabalhadores urbanos e ainda assegurou as condições para a reprodução da grande propriedade nas regiões de fronteira” (KRAEMER, p. 32, 2009).

Com essas novas condições, o meio rural deixa de ter características apenas agrárias. A indústria e a cidade acabam tornando-se o novo centro dinâmico da economia brasileira, passam a orientar o setor agrícola de acordo com suas demandas. Houve uma transformação da renda da terra em capital agrário, colocando a renda da terra a serviço da acumulação do capital, modificando as relações técnicas de produção na agricultura, via uso de máquinas, implementos e insumos de origem industrial e aprofundamento das relações de produção capitalista no campo, via aumento da importância do trabalho assalariado temporário como boias-frias, trabalhadores volantes.

Segundo Silva (1989), a mudança mais significativa que se observou desde então na mão de obra ocupada no campo, foi a formação de um setor de assalariados rurais em substituição às formas antigas de relações familiares e dependência pessoal. Os assalariados estão em geral vinculados somente a algumas fases específicas do processo de produção (especialização) e destinados ou a manejar máquinas ou a colher

produtos manualmente. O ritmo é imposto, neste último caso, por um sistema de pagamento que exige um trabalho intenso para alcançar a diária mínima (desqualificação). É o caráter social e irreversível da industrialização da agricultura que permite a criação de um verdadeiro proletariado rural.

Com a modernização na agricultura, características das configurações do cenário no campo modificaram-se. Assim como o início da formação da população brasileira ocorreu por causa da necessidade de mão de obra no mercado situado na zona rural, anos depois, a população rural viu-se pressionada em deixar seu habitat para dar lugar as máquinas, insumos, fertilizantes. Além desse fato, os trabalhadores do meio rural nunca tiveram os mesmos direitos previdenciários e trabalhistas e a atenção dos trabalhadores das cidades, surgidos a partir de 1930. Entretanto, para os trabalhadores rurais, estes mesmos direitos foram implantados somente em 1960, isso porque a maioria da população pertencia à zona rural.

Portanto, as bases da questão agrária contemporânea têm suas raízes no período colonial, nas relações pré-capitalistas que se constituíram em razão da formação sócio-histórica, pela transição do modelo de trabalho escravo para trabalho livre e pela implantação do direito de propriedade da terra que permanece nos dias atuais exacerbado por uma série de determinações políticas, sociais, econômicas e culturais, resumindo as políticas adotadas constituíram como pano de fundo para a exclusão da população rural.

Para Martins (1994 apud PAULINO, 2006) o modelo europeu do desenvolvimento capitalista está fundamentado no capital, no modelo brasileiro a renda da terra é quem garante o seu desenvolvimento baseado na tributação e na especulação da terra.

Essa inversão confere ao Brasil uma especificidade que sustenta a manutenção da centralização da estrutura fundiária altamente concentrada e marcada na expansão do território brasileiro. É por isso que a questão fundiária como opção política de crescimento econômico tem gerado conflito em vista das diversas estratégias de exploração da terra.

Os trabalhadores se acham separados dos meios de produção e apenas inseridos como mercadorias da força de trabalho. E a atividade agrícola realiza-se como um contrato de compra e venda em que os trabalhadores são os vendedores de seu trabalho e os proprietários dos meios de produção, os compradores dessa mercadoria.

Este acordo é que garante ao proprietário o aumento da sua riqueza sendo que somente o trabalho pode criar valor, no momento em que o trabalhador está sob controle, seus ganhos são transferidos.

A utilização dessas relações de trabalho não capitalistas poupa ao capitalista investimento em mão de obra, no mesmo instante em que ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros camponeses, que converte em dinheiro, transformando a renda da terra em capital (OLIVEIRA, 1991)

Na agricultura capitalista, o mercado principal dos trabalhadores é a força de trabalho, já nas unidades camponesas a mercadoria não é a força de trabalho, mas a renda camponesa da terra.

A principal marca do campo é a heterogeneidade, visto que existem dois tipos de propriedade a privada capitalista e a camponesa/familiar. Para a propriedade capitalista a terra constitui-se em objeto de negócio seja como instrumento de exploração de trabalho alheio ou como especulação, ou seja, reserva de valor.

O princípio que rege a propriedade privada capitalista é produzir mercadoria para assegurar um retorno monetário superior ao que foi investido, ou seja, a exploração do trabalho alheio para a extração da mais-valia.

Já a propriedade camponesa/familiar a terra constitui-se como exploração do trabalho familiar, não como instrumento de acumulação de capital e sim como forma de sobrevivência da família. A produção de mercadoria tem como objetivo a obtenção de dinheiro para adquirir mercadorias que não são produzidas mais que são indispensáveis.

De acordo com Paulino (2006, p. 39) “a inconsistência reside no esforço de moldarem a realidade a partir de modelos previamente definidos, sem sugerirem, com isso, que o permanente pulsar da história leve ao descarte dos saberes produzidos no passado”.

Segundo a autora é preciso fazer uma reflexão a fim de se evitar extremos, seja atacando teorias, seja ignorando-as em favor de consensos vagos e inconsistentes, limitando dessa maneira a ciência que busca possíveis melhores condições de vida e bem-estar da humanidade.

A característica fundamental da existência camponesa/familiar é a autonomia do trabalho, isto é, o trabalho familiar, mas, seria admissível vê-los trabalhando para outrem, isso é importante porque quando falamos em uma propriedade familiar temos indivíduos da família vinculados com o trabalho na terra e outros assalariados do grande capital, ambos compondo a renda familiar que pode gerar a produção da propriedade.

De acordo com Fernandes, (2004, p. 08):

[...] alguns teóricos da agricultura familiar apóiam que o produtor familiar que emprega os recursos técnicos e está integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se assegurar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, contudo, nem todo agricultor familiar é camponês.

Para o autor, os pesquisadores que usam o conceito de agricultura familiar com firmeza teórica, não utilizam o conceito de camponês. Já aqueles que usam o conceito de camponês podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, e sim como organização do trabalho. Deste modo, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se empregar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor.

Os teóricos da agricultura familiar utilizam-se de diversos argumentos para caracterizar o agricultor familiar do camponês como: a integração ao mercado, o papel do Estado na formação de políticas públicas e a incorporação de tecnologia. Para alguns o camponês seria o produtor da agricultura de subsistência. Dessa maneira ou o camponês se metamorfoseia em agricultor familiar e se associa ou se mantém como ele mesmo e desintegra, afirma Fernandes (2004). A questão é de subordinação cujo caráter principal é político já que os camponeses não se apropriam da maior parte da riqueza produzida pelo seu trabalho, necessária para o seu desenvolvimento socioeconômico, inicia-se um processo de declínio das unidades familiares.

Neste trabalho, não iremos fazer uma discussão mais profunda sobre os conceitos de agricultura familiar e camponesa, o trabalho tem como base a definição do trabalhador das pequenas unidades produtivas familiares, o pequeno produtor de acordo com a definição de Girardi, (2008), camponeses são produtores que desenvolvem suas atividades com força de trabalho familiar; que têm a terra como local de produção e reprodução social. Possuindo diversos graus de tecnificação, integração ao mercado, conhecimento e qualidade de vida, os camponeses podem ser pobres, médios ou ricos.

## **2.2 Juventude Rural**

### **2.2.1 Um entendimento sobre juventude**

Muitas questões se apresentam quando se conceitua o termo juventude, porque o mesmo pode abarcar fatores culturais que estão além do limite de idade aonde esta faixa etária se inicia ou termina. Amplia-se ainda mais em tempos de globalização, quando as questões globais e locais se inter-relacionam. O que dizer então quando tentamos definir ou identificar o limite ou a diferença entre a juventude urbana e a juventude rural. Porém, em face do objeto dessa pesquisa se faz necessário pelo menos um breve esboço da dimensão que o termo possui. Sem pretensão de proporcionar uma visão simplista da questão, acreditamos que a mesma passa pelas condições de vida, mas com um determinante principal, a identidade que o indivíduo desenvolverá com o seu lugar, no caso, a terra de sua família.

Apresentaremos algumas concepções a respeito, na primeira ela é vista como uma categoria:

Juventude para muitos é uma categoria autoevidente ou autoexplicativa, como se a concepção de juventude fosse consensual, utilizando critérios unicamente biológicos, jurídicos ou comportamentais como definições metodológicas. Definições a partir de

elementos físicos/psicológicos, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais e as definições que associam juventude e jovem a determinados problemas sociológicos e/ou como agentes privilegiados de transformação social, tendem a identificar que juventude é passível de uma definição universalizante (CARNEIRO, 1998; p. 01, CASTRO 2006, p. 03).

Para outros a questão é uma perspectiva etária, relacionada a condição de atividade ou não:

A definição de jovens a partir de limites mínimos e máximos de idade é amplamente discutida segundo Thévenot (1979 apud Castro, 2007, p. 04) em que o autor analisa as estatísticas oficiais da França, em que os jovens são classificados e pré-definidos e enquadrados em quem são, onde estão e o que fazem, dividindo a sociedade em ativos e inativos em relação ao mundo do trabalho. Dessa forma, o autor procura demonstrar que o uso de termos como jovem e velho por este tipo de levantamento estatístico não é necessário, pois parte de uma definição uniforme da juventude construída a priori. Os jovens estariam em uma situação intermediária, simula os que poderiam ser classificados como jovens trabalhadores ou jovens desempregados.

Dentro da perspectiva nacional, a classificação se define apenas por faixas etárias e possibilita uma ampla gama de análises.

De acordo com o IBGE, os jovens são classificados em grupo jovem entre 15 e 24 anos em três recortes etários: 15-17 anos como jovens-adolescentes; 18-20 anos como jovens-jovens e 21-24 anos como jovens-adultos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei nº 8.069 de 13/07/1990, classifica adolescente a pessoa na faixa de 12 a 18 anos. (Weisheimer, 2005).

Estas são algumas das classificações segundo faixa etária, que para Castro (2006), o recorte etário permite pesquisas quantitativas em larga escala e a definição de públicos-alvo de políticas públicas, contudo, é preciso observar os limites destas definições e questionar a naturalização em vincular juventude e uma faixa etária específica.

Uma abordagem interessante e que traduz uma perspectiva de transição assumida pela Unesco a partir da I Conferência Internacional sobre Juventude define juventude como:

[...] um período de transição que designa um estado transitório, uma fase da vida humana de início bem definido pelo começo da puberdade e seu término varia de acordo com critérios e pontos de vista adotados para determinar se as pessoas são jovens [...] e se caracteriza como o processo de socialização e atribuição de papéis sociais específicos, ela pode ser notada de várias maneiras, pressupondo alterações da família de orientação para a procriação; do aprendizado para a produtividade; da crescente aumento da autonomia, entre outras (WEISHEIMER 2005, p. 21).

É relevante apresentar ainda a perspectiva do que o trabalho representa na identidade dos jovens, seja para afirmá-la ou para fragilizá-la:

O elemento central a transição juvenil é o trabalho já que é por meio dele meio dele que os jovens começam a assumir relativa autonomia perante a família de origem, contudo, essa inserção profissional é ainda insuficiente entre eles, por vários motivos entre eles a fragilidade de sua condição e da incerteza das próprias relações de trabalho atuais, o que intensifica a situação ambígua da juventude (WEISHEIMER, 2005, p. 21).

Uma outra perspectiva trata a juventude pela ótica cultural, em que a mídia assume um papel determinante na construção de sua identidade, a cultura juvenil surge como produto ligado a sociedade de consumo e suas características incluem certos tipos de vestimentas, linguagem, gostos musicais, práticas esportivas e lazer.

Mais um critério é usado para definir juventude vem na perspectiva da juventude como uma expressão da cultura de massas onde ela é definida por critérios culturais destacando-se a uma cultura jovem e à relevância dos espaços de sociabilidade juvenis na constituição de suas identidades. A mídia passa a ser um componente importante na construção do entendimento do que seja a juventude (WEISHEIMER, 2005, p. 23).

Os jovens aparecem como um mercado consumidor importante que transcende os limites de idade pela propagação de uma moda jovem. Nesse sentido, os (as) jovens no meio rural seriam resultado dos processos de modernização do campo. Por esta abordagem chega-se a questionar se existiria uma juventude no campo ou se tão logo as crianças adquirissem força física seriam imediatamente incorporadas ao mundo adulto da penosidade do trabalho agrícola. Por sua vez, hoje em dia, até nas regiões mais isoladas os meios de comunicação promovem a disseminação de uma cultura urbana, e no seu bojo os processos de hibridização, que os jovens sentem de forma bastante intensa.

Além disso, o próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, seu padrão de modernização e os recentes processos de industrialização difusa, que fazem do rural um espaço não exclusivamente agrícola, contribuíram para a diluição das fronteiras materiais e simbólicas entre o meio rural e o urbano. Se isso não pôs fim às profundas diferenças entre estes, permitiu ao menos a convivência em um mesmo espaço social de práticas e valores que articulam elementos urbanos e rurais.

Destacam-se as ideias a seguir para expressar essa diversidade de definições, não mais determinada pelo local, mas pela universalidade:

Para Carneiro (1998, p. 21)

[...] a afirmação da sociedade local a partir de definições e redefinições de identidades sustentadas não mais na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade e, principalmente, na maneira específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos, o que identificamos como rurbanização.

Ainda segundo essa autora, nesse contexto, os jovens filhos de agricultores reelaboram suas identidades sociais e passam a questionar os projetos de reprodução de modos de vida pautados exclusivamente na atividade agrícola, reivindicando padrões de vida, valores e condições materiais tidos como urbanos o que se expressa no ideal rurbano.

Para confirmar que a questão da juventude ultrapassa a questão etária e determina-se também pelo contexto histórico, apresentamos:

Juventude é uma categoria social que passa a compor e adquirir o sentido atual com a chegada da modernidade<sup>3</sup>, e a compreensão sobre ela são necessariamente sociais, culturais e historicamente determinadas e sugere que mesmo que já existissem jovens nos períodos históricos anteriores, seus significados, características e papéis sociais eram diferentes dos que se conferem recentemente ( WHEISHEIMER, 2009, p. 52)

O mesmo autor amplia esse conceito, quando retrata a juventude como um dos estratos que formam a hierarquia social:

O termo juventude é uma divisão constituída por representações sociais distintas que anunciam a idéia de transição onde ocorre à inclusão de uma série de papéis sociais, ou funções socialmente conferidas por meio dos processos de socialização, jovens são os sujeitos históricos ou atores sociais concretos que vivem os processos de socialização exclusivos e os dilemas da condição juvenil. Mais do que uma faixa etária a condição juvenil é uma posição na hierarquia social (WEISHEIMER 2006, p. 02).

A conceituação abaixo retrata a juventude uma condição diferenciada, de acordo com o espaço vivido, porque o mesmo irá refletir o grau de responsabilidades ou não inerentes a sua apropriação ou produção:

Nas comunidades de agricultores familiares, o amadurecimento dos jovens é mais precoce do que outros contextos sociais, diversamente do que ocorre nos espaços urbanos, no meio rural os filhos desde a infância são responsáveis pelo cumprimento de tarefas econômicas ligadas à unidade doméstica (GAVIRIA; MENASCHE, 2006, p. 72)

---

<sup>3</sup> “A modernidade corresponde ao período histórico inaugurado pelo desenvolvimento do capitalismo e a ascensão política da burguesia, que rompeu, definitivamente, com os laços da burguesia. Entre as principais características da modernidade, destacam-se as contínuas, rápidas e intensas transformações sociais, culturais e econômicas; a ampliação da diferenciação social; da especialização e da relativa autonomia das instituições; assim como a crescente racionalização, burocratização e secularização da vida. Estas características encontram-se relacionadas com o surgimento da juventude” Weisheimer, Nilson, 2009, p. 52.

E, por fim, um grito de alerta, aonde a juventude rural está ameaçada em função da diminuição das pequenas unidades produtivas familiares.

No caso brasileiro, de condições historicamente contrárias às pequenas unidades produtivas familiares, as novas gerações de agricultores familiares vêm diminuindo suas possibilidades de permanência nesta atividade. Isto tem implicações sociais relevantes, de modo geral, a continuidade da profissão agrícola depende da reprodução social com base familiar (WEISHEIMER, 2006, p. 02).

Não se pode falar de juventude em termos gerais é preciso caracterizar o universo social dos jovens de que está abordando e assim distinguir suas demandas, interesses e dados de identificação.

Dessa forma consideraremos para nossa pesquisa, juventude como uma representação social, com uma série de papéis sociais, e jovens sujeitos que estão em fase de preparação para o mercado de trabalho e que ainda não constituíram suas famílias.

### **2.2.2 Juventude Rural**

A seguir apresentaremos a perspectiva da juventude sob a ótica dos espaços de sociabilidade, sendo o espaço fundamental para a legitimação dessa condição. É interessante notar, que é por meio do espaço que o jovem irá construir sua identidade, se autoafirmar e se relacionar com seus pares, criando condições de elaborar e participar dos arranjos sociais, bem como auto-afirmar através da sua participação na produção desse espaço. Conceito muito apropriado para o objeto de pesquisa em questão, considerando que a juventude rural irá ao mesmo tempo conquistar, produzir e reconquistar seus espaços – o mais importante, construir sua identidade através da conquista pela produção do espaço.

Para Carneiro (1998), o jovem rural hesita entre o projeto de construir vidas mais individualizadas, com o desejo de melhorarem o padrão de vida, de serem algo na vida, e a obrigação com a família, que se confunde com o sentimento de fazer parte de sua localidade de origem, já que a família é o espaço singular de sociabilidade nas chamadas sociedades tradicionais.

As diversas transformações que acontecem no cenário agrícola nos últimos anos têm modificado a estrutura populacional de quem vive neste meio. O modo de trabalho e suas relações induzem na composição familiar das pessoas que vivem no campo, em que as situações de trabalho e renda nem sempre são atrativas para determinadas classes etárias, fazendo com que problemas como o envelhecimento da população, êxodo rural e a masculinização tornem-se situações cada vez mais frequentes.

A compreensão da realidade vivenciada nos dias atuais no que diz respeito a continuação e perpetuação do homem no campo, em particular dos jovens, remete-nos ao entendimento da história há pelo menos meio século.

Para isso é preciso entender a “questão agrária” no país e aqui retornamos para a década de 1930, conceito que nasce no pós-segunda guerra e se consolida a partir dos anos 1960, desde a fase da implantação da modernização conservadora pelo qual o produtor familiar se viu obrigado a aceitar, caso contrário, não estaria dentro dos novos meios de produção.

Com a modernização na agricultura, características das configurações do cenário no campo modificaram-se. Assim como o início da formação da população brasileira ocorreu em consequência das necessidades de mão de obra no mercado situado na zona rural, anos depois, a população rural viu-se pressionada em deixar seu habitat para dar lugar às máquinas, insumos, fertilizantes. Além desse fato, os trabalhadores do meio rural nunca tiveram os mesmos direitos previdenciários e trabalhistas e a atenção que os trabalhadores das cidades, surgidos a partir de 1930. Entretanto, para os trabalhadores rurais, estes mesmos direitos foram implantados somente em 1960, isso porque a maioria da população pertencia à zona rural.

A dinâmica da recriação/destruição das pequenas propriedades das décadas de 1960 e 1970 se fez de acordo com a lógica do sistema capitalista em que nas épocas

favoráveis de expansão das atividades econômicas a enriquece e engole os pequenos e na “crise” a grande propriedade se retrai (SILVA, 1989).

Sendo assim, a modernização conservadora da agricultura, incorporou somente uma pequena parte dos proprietários rurais e não se expandiu a outras culturas, causando efeitos sociais que vão repercutir no campo e na cidade.

Silva (1989) aponta que a manutenção elevada de concentração da terra no país impulsionou o processo de urbanização ativando significativamente o acréscimo do mercado interno para a indústria transformando também as atividades agrícolas. Desse modo as fazendas não eram mais autossuficientes e começaram a dedicar-se à comercialização dos produtos para a exportação.

É neste cenário que o país estava vivendo e que vem transformando lentamente a sociedade atual, contudo, a maneira como as políticas sociais foram conduzidas privilegiando as áreas urbanas e a sua população inserida no mercado de trabalho formal, deixa a população rural excluída do acesso a políticas sociais, do mesmo modo como da garantia de direitos.

Para os jovens existe um grande compromisso de perpetuação da vida no campo, a responsabilidade dele hoje é grande, é como se toda a responsabilidade da perpetuação e permanência do homem no campo recaísse sobre esta geração. E compreender esse contexto que ele está inserido faz parte do trabalho para então pensarmos em algumas práticas que possam fortalecer e revigorar as pequenas unidades produtivas familiares na região.

De acordo com Carneiro (1998), os jovens se veem entre a sua cultura de origem e a cultura moderna da cidade, numa alusão de inclusão de mundo moderno no futuro afirma Carneiro, 1998, contudo, isso não implicando a negação de sua origem, mas, supõe uma coexistência que resulta na ambiguidade de querer ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem.

A situação atual dos jovens da região noroeste paranaense tem de ser analisada em função das mudanças nos padrões demográficos das famílias e da estrutura ocupacional nos últimos 20 anos. Nesses termos, é necessário levar em conta também as mudanças nas práticas de sucessão e de transmissão de herança das famílias.

A dúvida que surge entre os jovens é ficar ou não ficar, para compreender o processo de sucessão familiar é preciso fazer um resgate histórico de cada família, mas no geral conforme Weisheimer (2006) nos diz ele tende a ser endógeno, com pelo menos um dos filhos sucedendo o pai na unidade produtiva, não sendo comum a adesão a essa atividade profissional por pessoas que não possuem experiência familiar nessa atividade.

A sucessão familiar nas pequenas unidades produtivas familiares passa por uma crise na reprodução social entre os agricultores. Isso está relacionado a condição que está relegada a mulher, sendo que os filhos homens herdaram a terra, enquanto elas se tornam agricultoras por casamento.

De acordo com Stropasolas (2004) para o homem a vida no campo é mais atraente, tendo em vista que ao herdarem a terra ou tendo apoio nas atividades produtivas podem elaborar projetos de vida que são alternativas válidas em relação à emigração para a cidade. Já para as mulheres uma vida como esposa camponesa, conhecendo alternativas possíveis, pode ser abandonada ou elemento de oposição, diante de aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional.

Deste modo os jovens, principalmente as mulheres, passam cada vez mais a formular projetos profissionais que apontam para a ruptura com a agricultura. Se para os jovens agricultores sua condição juvenil está subordinada aos pais no processo de trabalho familiar, este processo de trabalho é marcado por densas desigualdades de gênero, fazendo com que as jovens mulheres se encontrem numa posição duplamente subalterna, enquanto mulher e jovem (WEISHEIMER), 2006.

A mulher nessa família, seja esposa ou filha, tem sua condição duplamente subordinada à autoridade dos pais até o casamento, e a do marido, após o casamento, sendo nas duas situações, seus trabalhos consistem unicamente na atividade doméstica e na ajuda na agricultura, sem direitos sobre a propriedade, visto que nessas comunidades predominam o sistema de herança patrilinear.

Em contraposição a esta situação a saída da mulher da família e da comunidade possibilita-lhe ascender socialmente, o que na maioria das vezes, acontece a partir do investimento em educação, da inserção

no mercado de trabalho urbano e/ou do casamento com homens proveniente do meio urbano (GAVIRIA; MENASCHE, 2006, p. 72).

Para juventude rural a tendência migratória pode ser justificada por uma percepção relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela favorece e as características ou problemas existentes na sucessão das unidades produtivas familiares a nova geração.

O trabalho rural está muito ligado as suas dificuldades, principalmente para os jovens de hoje que têm como referência o trabalho nas cidades sendo visto como um trabalho leve, no ar condicionado, sem esforço físico, diferente daquele no sol, pesado, sem futuro, que é cansativo e que na sua maioria não é reconhecido e valorizado ele não dá status.

Carneiro (1998, p.17) enfatiza que:

[...] ir para cidades significa, nesse universo simbólico, entrar em contato com a “modernidade”, quebrar os laços de dependência e de proteção familiar. Significa construir a sua individualidade, descobrir e realizar seus desejos e projetos como, por exemplo, ter acesso a serviços e bens de consumo inexistentes ou raros no campo.

Esse mundo moderno que é apresentado aos jovens que vivem no campo é incentivado pela mídia que cultua a modernidade das grandes cidades e traz uma falsa perspectiva de vida e de um futuro promissor. As estatísticas nos mostra que é cada vez maior o processo migratório dos jovens para a cidade e este processo não para de crescer. Existem hoje segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao censo de 2000, 34.081.330 jovens com 14 a 24 anos de idade no Brasil, mas apenas 18% deles residem no meio rural. Ainda segundo este Instituto, de 1991 a 2000 houve uma redução de 26% da população jovem no meio rural. Os processos migratórios estão ligados a masculinização e ao esvaziamento da população rural.

Segundo Weisheimer (2005), nesse movimento migratório recente a participação feminina é significativa, as mulheres migram mais que os homens, representando 52%

do total da migração jovem, caracterizando dessa forma um predomínio juvenil e feminino no processo migratório rural-urbano.

De acordo com o mesmo autor, a situação de invisibilidade na qual este segmento da população vivencia de exclusão social, faz com que esses jovens, de certa forma, não se tornem sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão. Nessa situação, a juventude rural aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade.

Diante dessas duas dimensões, invisibilidade e migração existem um fortalecimento mútuo, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectivas extrai dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural.

Uma das maiores dificuldades vistas para o desenvolvimento das novas unidades produtivas está no desejo dos jovens em dar prosseguimento ao processo reprodutivo social de pequenas unidades familiares semelhantes a seus pais nas atividades rurais. Para a agricultura familiar hoje, o êxodo rural atinge as populações jovens com muito mais ênfase do que períodos anteriores.

Pensando em todas essas dificuldades que os jovens hoje enfrentam em dar ou não continuidade nas unidades produtivas familiares ou seguirem suas escolhas, é preciso pensar que políticas públicas estão sendo pensadas para este jovem? Os programas voltados para a juventude são escassos e com maior escassez para a população rural que de maneira geral são excluídos de políticas sociais voltadas para eles. Não falo apenas de crédito rural falo de ações que abrangem outros aspectos como a questão da violência, das drogas, de gênero sem contar a própria educação que não respeita as características deste universo.

Os programas de educação escolar tradicionais sempre adotaram como perspectiva a homogeneização na transmissão de conhecimento, ou seja, não levavam em consideração os contextos socioculturais de crianças, jovens e adultos, e, ainda, dos diferentes rurais, como, por exemplo, aqueles que trazem no seu seio os movimentos sociais no campo ou a dinâmica da agricultura familiar, (FREIRE, 1983; PEREIRA), 2008.

As escolas capazes de ampliar as perspectivas de empregabilidade dos jovens rurais, normalmente encontram-se nas cidades e para isso outros obstáculos de ordem econômica e cultural precisam ser superados tais como: as limitações financeiras da família, que não permitem custear a passagem de ônibus até a cidade, a necessidade da presença do jovem nas atividades, enfim uma série de empecilhos que fazem com que boa parte deste jovem pare de estudar.

Durante o trabalho os jovens relatavam que a ida para a escola é cercada por dificuldades, a falta de transporte, as precárias condições das estradas e as longas distâncias fazem com que muitos desistam de estudar, além do que ao chegarem às escolas estão suados, empoeirados e muitas vezes são motivos de gozação. Todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação, tomadas por um ou mais estudantes contra outro(s), ocasionando dor e angústia, e realizadas dentro de uma relação desigual de poder é denominado *bullying*.

Para Abramovay (2005), as políticas de desenvolvimento rural voltadas para juventude precisam ser amplias, já que a agricultura familiar é multifuncional e pluriativa<sup>4</sup>, ou seja, suas rendas dependerão da agricultura e de outras atividades. Quanto mais os jovens estiverem preparados para essas novas atividades, agrícolas ou não, maiores as oportunidades de realização pessoal e profissional, destacando-se a valorização da biodiversidade do meio rural.

Para Carneiro (1998), o espaço rural sofre mudanças de caráter multidimensional, ou seja, deixa de ser visto apenas pela ótica econômica ou do ponto de vista da produção agropecuária. Isto leva à conclusão de que o agricultor, em tempo integral, principalmente os habitantes próximos às cidades, e a vocação produtiva da população residente no campo se expressam em "novas formas da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante" (CARNEIRO, 1998, p.19)

Na realização deste trabalho percebemos poucas ações voltadas para a juventude rural principalmente na parte de formação e capacitação, uma carência para este

---

<sup>4</sup> A respeito deste assunto ver CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. Disponível em: <<http://www.cifers.t5.com.br/MJCarneiro>>. Acesso em 02 fev. de 2010.

público. Nas entrevistas perguntamos se eles já haviam participado de outros cursos ou eventos, e boa parte nos relataram que não, não tinham conhecimento ou não tinham idade suficiente para participarem.

Atualmente no Paraná temos um programa chamado Jovem Agricultor Aprendiz desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-PR (SENAR), que:

[...] proporciona aos jovens do meio rural conhecimento e qualificação de aprendizagem profissional rural, voltado para jovens entre 14 e 18 anos, inseridos no contexto de atividades agrossilvipastoris, ou seja, filhos/família de produtores ou trabalhadores rurais, (SENAR, 2010).

O Programa está estruturado em módulos, com conteúdos teóricos em que são simuladas situações concretas para o desenvolvimento das competências requeridas em cada módulo, para a formação do educando. São usados meios que promovam a interatividade, criação coletiva, e aprendizagem construída, contendo aulas diversificadas com dinâmicas, atividades lúdicas, vídeos, visitas técnicas, palestras, gincanas educativas, entre outros.

Acreditamos assim como Pereira (2008) que os investimentos em educação e capacitação profissional voltada para estes jovens são maneiras e propostas de retê-los, e/ou evitar ou dar segurança na saída temporária ou permanente do campo, e deste modo ampliar a participação dos jovens rurais nos espaços de decisão local.

Segundo o mesmo autor a juventude no campo está marcada pela ausência de uma estrutura que favoreça a permanência ou consolidação dos espaços agrícolas diante do aumento do contato com a sociedade urbano-industrial.

Carneiro (1998) alerta que o jovem ao formular projetos de futuro que incluem a saída com a finalidade de estudar e melhorar de vida, sua volta dependerá do ritmo do desenvolvimento local e das alternativas que surgirão, daí a importância de políticas públicas que tenham a juventude rural como alvo principal.

Conforme Pereira (2008) afirma o interesse dos jovens pela educação nas escolas da cidade depende das opções pessoais que estão subordinadas aos projetos familiares e das possibilidades futuras, diferente de quando se investe numa escola cujos programas curriculares levam em consideração a realidade dos produtores e

trabalhadores rurais, não necessariamente o interesse de todos os jovens se destina a permanecer nas atividades agrícolas.

A educação, no campo, é uma forte aliada dos jovens que desejam permanecer no campo como agricultores ou pecuaristas, porém há outros grupos de jovens no mesmo local que desejam uma educação direcionada para as atividades não agrícolas, o que não significa que desejam transferir-se definitivamente para os centros urbanos, mas que buscam outras opções, mesmo estando no campo, de realização profissional.

Com relação à agricultura familiar estão sendo atribuídas as novas gerações uma destreza profissional que vai além do aprendizado dos tratos com a terra, exigindo, sobretudo, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital que foi sendo formado com a contribuição do trabalho de toda a família, inclusive com a participação do jovem desde criança.

De acordo com o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2008, p. 96), os jovens urbanos brasileiros, entre 15 e 29 anos, têm um nível de escolaridade 50% maior do que os que moram no campo. O analfabetismo entre os jovens da mesma faixa etária afeta 9% dos jovens rurais sendo a taxa para os jovens que vivem nas áreas urbanas de 2%. A busca por maiores níveis de escolaridade é um fator significativo na saída de jovens do mundo rural para os centros urbanos. Além disso, o ensino oferecido pelos centros urbanos pouco ou raramente privilegia e/ou valoriza a realidade rural e mais o ensino rural mais que o urbano, carece de qualidade seja em materiais e equipamentos, instalações adequados ao ensino.

Mediante as dificuldades que afligiram e compromete atualmente a agricultura familiar, principal categoria social rural pelo esvaziamento populacional para outras regiões, percebe-se que a política pública não foi capaz e eficiente o suficiente para dar as condições necessárias para que estes atores pudessem permanecer no seu meio de origem. Na verdade a política pública na sua grande maioria privilegia outra classe da agricultura, os produtores capitalizados, ou os latifundiários, a grosso modo a modernização da agricultura aliada às classes detentores de maiores terras facilitou e acelerou a exclusão das pequenas unidades produtivas familiares.

É preciso pensar em estratégias e maneiras de reter a população no campo respeitando suas especificidades, garantindo seus direitos de cidadãos e fortalecendo bem como valorizando seu trabalho e mais que isso, acreditamos que é através de iniciativas voltadas para a formação e educação de jovens proporcionando a eles consciência crítica que seus direitos se farão valer.

No decorrer deste trabalho iremos relatar quais são as ações que estão sendo realizadas na região e como a Economia Solidária pode ser instrumento ou ferramenta de estratégia de desenvolvimento local e de que maneira ela poderia ser inserida aos jovens.

### **3 MESORREGIÃO NOROESTE PARANAENSE**

#### **3.1 Características físicas e demográficas**

A mesorregião noroeste paranaense está localizada no Terceiro Planalto Paranaense (Figura 1) e abrange uma área de 2,5 milhões de hectares, que corresponde a cerca de 12,4% do território estadual, faz fronteira ao norte com o Estado de São Paulo, a oeste com o Estado do Mato Grosso do Sul, ao sul com a mesorregião Oeste, a sudeste com a mesorregião Centro Ocidental e a leste com a mesorregião Norte Central. É constituída por 61 municípios, em que residiam, em 2000, 641 mil pessoas dos quais se destacam Umuarama, Paranavaí e Cianorte em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização (IPARDES, 2004).

Esta região teve uma ocupação marcada pelo aumento da fronteira agrícola, principalmente baseada na cultura do café, em grande escala, desencadeada a partir dos anos 1940, em função da expansão da fronteira agrícola no Estado. A região noroeste foi a que teve maior dificuldade para superar a crise cafeeira, dos anos 1960/1970, e aderir ao novo padrão de modernização da atividade agrícola.

O relevo da região é predominantemente plano ou suavemente ondulado, com baixa declividade, possuindo apenas 45% dos solos considerados aptos ao desenvolvimento de atividades agrossilvipastoris, permitindo a introdução de técnicas que possibilitem a mecanização da produção, mas requerendo práticas adequadas de conservação. O uso desregrado e inapto do solo, aliado ao desmatamento, faz com que a mesorregião noroeste (paranaense) se caracterize pelos altos índices de degradação ambiental.

Atualmente, apenas 4,1% da cobertura florestal original encontra-se preservada em sua maior parte em áreas de proteção ambiental, totalizando 42 unidades na região, com destaque para o Parque Nacional de Ilha Grande. Estes biomas remanescentes têm um papel importante relacionado à manutenção da biodiversidade da fauna na região. (IPARDES, 2004).

A região apresenta na maior parte do território clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb), com verões frescos, geadas severas e frequentes, sem estação seca, cujas principais médias anuais de temperatura dos meses mais quentes são inferiores a

22°C, e, dos meses mais frios, inferiores a 18°C. Nos locais de menores altitudes, ao longo dos vales dos rios Ivaí, Piquiri, Paraná e Paranapanema, ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), com verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão.



Mapa 1: Divisão Política- Administrativa da Mesorregião Noroeste  
Fonte: IBGE.

A região noroeste do Paraná tem diversas peculiaridades que vão desde sua constituição territorial até sua formação étnica, em especial a partir da década de 1940, confunde-se com a da expansão acelerada e extensiva da fronteira agrícola estadual.

O estilo de ocupação da região assentou-se predominantemente no regime de colonização dirigida, na maior parte dos casos sob os auspícios do capital privado, nacional e mesmo internacional. Por meio do loteamento das terras para venda em pequenas parcelas, as empresas de colonização atraíram para a região milhares de trabalhadores que, juntamente com suas famílias, formaram pequenas e médias propriedades voltadas à produção para consumo próprio e para a comercialização.

Segundo Padis (2006), nesses processos distintos, correntes imigratórias formados basicamente por paulistas, mineiros e nordestinos, mas também por imigrantes com origem nas áreas pioneiras de ocupação do Estado. Os próprios colonizadores foram os responsáveis pela construção de estradas e de pontes e o prolongamento dos trilhos férreos que garantiram o acesso viário dos novos colonos, possibilitando a comunicação das propriedades rurais e o escoamento da produção. Para dar suporte às atividades agrícolas em expansão, inúmeros centros urbanos foram se formando, em um movimento frenético de adensamento populacional intensivo e extensivo.

A região sofreu um rápido processo de erosão e de esgotamento por inadequadas práticas agrícolas, sob os efeitos do forte movimento expansivo da fronteira agrícola. Nesse contexto, a região não conseguiu incorporar os vetores da modernização tecnológica que transformou de forma acelerada a agricultura das áreas mais dinâmicas do Estado.

Segundo Rocha (2004, p.03) essa situação ocorre também em função da transformação da base da produção estimulando os produtores capitalizados:

Na década de 1970 observa-se na região um forte crescimento social e econômico. O resultado é, de fato, a diversificação da produção regional, com a erradicação de milhões de pés de café, a introdução da pecuária, do binômio soja-trigo e a agroindústria de transformação. Esta fase demarcou uma efetiva restrição do espaço produzido aos agricultores não capitalizados. O acesso ao financiamento para a produção era dado aos produtores capitalizados, para a segurança dos bancos financiadores, estas transformações estabeleceram um processo de concentração fundiária no Estado do Paraná como um todo, ocorrendo de forma menos acentuada no norte paranaense.

A população, em sua ampla maioria no meio rural, estava ocupada nas culturas do café e do algodão, formando um grande contingente de assalariados rurais, meeiros e arrendatários. O abandono das duas culturas provocou o desemprego em massa e a migração em busca de trabalho. Ao mesmo tempo, os proprietários de terras ficaram

sem opções econômicas. No gráfico 1, podemos verificar o decréscimo da população rural na região.

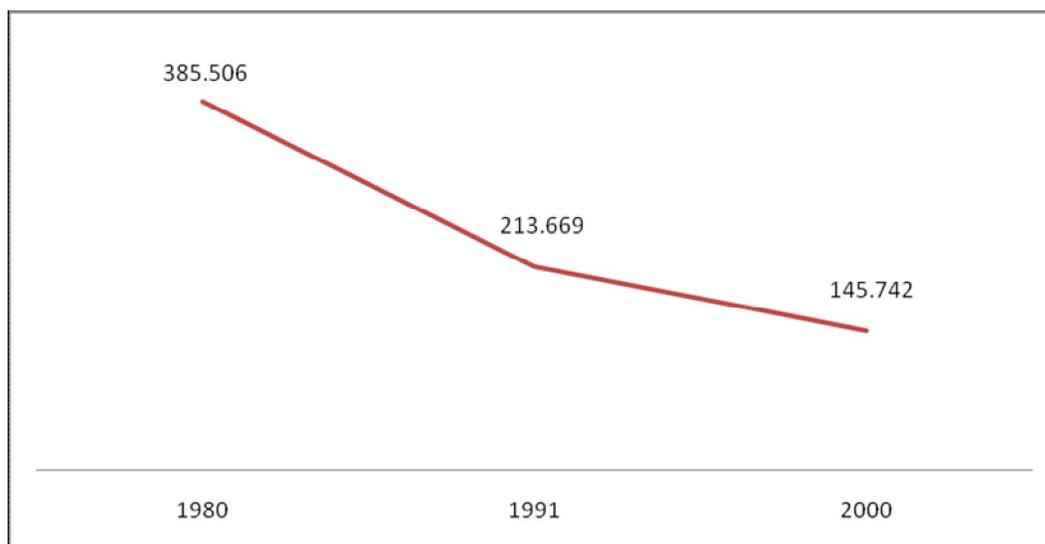


Gráfico 1 - Evolução da população rural no noroeste Paranaense  
Fonte: IPARDES. Elaboração: Takahashi, 2010.

A grande maioria dos pequenos proprietários, sem alternativa, vendeu suas propriedades e também migraram para outras regiões. A partir da crise, a busca por alternativas passou a diferenciar as pequenas e grandes propriedades. Os grandes proprietários, em sua maioria, migraram da cultura do café, com uso intensivo de mão de obra, para a pecuária de corte, que absorve pouca mão de obra. As pequenas propriedades, em que a pecuária de corte é inviável, passaram a ser ocupadas com outras culturas, destacando-se a produção de leite.

Desde a crise do café os agricultores familiares estão em busca de alternativas viáveis para a sua sustentabilidade. Da produção leiteira, passando pela produção de cereais, pela fruticultura e pela sericicultura, a agricultura familiar vem buscando alternativas sem, no entanto, diminuição da população.

### 3.2 A Questão Agrária na Mesorregião Noroeste

Apesar da importância relacionada aos fatos históricos da ocupação territorial da mesorregião noroeste paranaense, não nos ateremos a eles nessa pesquisa. Porém é imprescindível destacar que a ocupação territorial da Mesorregião Noroeste Paranaense registra-se ao período inicial do século XVI – disputada entre os espanhóis e portugueses e posteriormente por bandeirantes paulistas. Ocorreram muitas invasões, as quais muitas foram realizadas por grupos que buscavam entrar nas áreas virgens sejam por caminhos fluviais ou caminhos abertos por golpes de facão – as “picadas”. Algumas trilhas abertas e usadas são indígenas<sup>5</sup> atravessavam a área de leste a oeste como, por exemplo, o Caminho de Peabiru ou São Tomé como era conhecido pelos jesuítas.

O período relevante para a nossa pesquisa é a partir da segunda fase de ocupação em que o capital passa a prevalecer, trazendo as colonizadoras privadas, que juntamente com os interesses do Estado buscavam construir o desenvolvimento econômico.

A formação da maioria dos núcleos urbanos existentes na região noroeste ocorreu entre as décadas de 1940 e 1960, consequência, de maneira geral, da vinda de empresas imobiliárias privadas e estatais integrados à instalação da economia cafeeira.

O Brasil estava vivenciando um contexto econômico e social de transformações de um modelo agro-exportador para um complexo agroindustrial ou urbano-industrial que afetaram as relações campo-cidade.

Dessa maneira, podemos compreender a eficácia da região, ou seja, a economia cafeeira pronunciou a região com a história da sociedade brasileira e mundial. Como Endlich (2006) relata na região noroeste paranaense o primeiro fator decorrente da escala nacional que ajuda a explicar a dinâmica na região é a dependência econômica brasileira que define e regulariza os produtos para exportação.

Outro fator que caracteriza a produção do espaço geográfico brasileiro e da região é a concentração fundiária. O Brasil sempre se caracterizou por grandes

---

<sup>5</sup> “Nesse aspecto, aqui basicamente se repete o padrão nacional, em que, na primeira fase de ocupação, os indígenas são massacrados e expulsos, empurrados pela frente de expansão, cujo papel preponderante é a “limpeza” da área para a expansão capitalista” Paulino, 2006, p. 71.

latifúndios em que a renda da terra é que garante o seu desenvolvimento baseado na tributação e na especulação da terra, diferente do modelo de desenvolvimento capitalista europeu que está pautado no capital (MARTINS, 1994 apud PAULINO, 2006).

Embora esta não seja uma característica predominante na região estudada, ajuda a esclarecer porque esta se tornou um empreendimento divulgado como bem-sucedido. O loteamento em pequenas propriedades fez com que a região fosse considerada ‘terra da esperança’. (ENDLICH, 2006).

Paulino (2006) diz, a companhia conferia sucesso de sua ação baseada em uma tese capitalista já consagrada, na qual haveria que se aumentar o número de proprietários, a fim de garantir dinamismo econômico e, conseqüentemente, lucros maiores.

No início dos anos 1960, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, são instaladas no país fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Indústrias de tratores e equipamentos agrícolas, fertilizantes químicos, medicamentos veterinários entre outros que são instalados depois de constituída a indústria petroquímica.

Conforme Silva (1989) a composição desses ramos industriais no país, fez com que a agricultura criasse um mercado consumidor para esses novos meios<sup>6</sup> de produção. E, para garantir a ampliação deste mercado coube ao Estado programar uma série de políticas agrícolas para estimular e apressar a incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais.

Em consequência, observa-se a expulsão do campo de vários trabalhadores rurais que não conseguindo se manter dentro deste novo modelo de produção que exigia altos financiamentos, uso intensivo de insumos químicos (venenos e fertilizantes), sementes híbridas ou melhoradas<sup>7</sup>, enfim uma série novas tecnologias, mudaram completamente as formas de produzir e a maneira de viver dos produtores. Outro arranjo é o surgimento de assalariados rurais, que em muitos casos deixou de ser

---

<sup>6</sup> A agricultura passa neste momento a ser conduzida pela lógica do capital onde boa parte dos produtores são bombardeados por tecnologias que os fazem presos a lógica do mercado.

<sup>7</sup> Do ponto de vista genético são sementes criadas para serem mais produtivas ou resistentes a certos tipos de pragas e doenças, podendo ainda em alguns casos serem resistentes à aplicação de algumas fórmulas de defensivos agrícolas.

proprietário para se transformar em proletário. Dessa forma, as políticas agrícolas favoreciam, sem restrição, culturas e atividades que representavam mercado de consumo ao setor industrial.

Verificamos então que a modernização conservadora<sup>8</sup> da agricultura incorporou somente uma pequena parte dos proprietários rurais e não se expandiu para todas as culturas, causando efeitos sociais que irão repercutir no campo e na cidade.

Silva (1989) aponta que a manutenção elevada de concentração da terra no país impulsionou o processo de urbanização ativando significativamente o acréscimo do mercado interno para a indústria transformando também as atividades agrícolas. Assim as fazendas não eram mais autossuficientes e começaram a dedicar-se à comercialização dos produtos para a exportação.

Para atender a essa demanda crescente do setor urbano, expandiu-se uma produção mercantil de alimentos para abastecer o consumo interno do país.

[...] na medida em que as propriedades se voltavam mais e mais para o mercado, houve também uma transformação qualitativa interna a elas: houve uma especialização da produção (SILVA, 1989, p. 39).

Verifica-se também, uma crescente urbanização e a compreensível redução da população rural, certamente em razões da tecnificação da agricultura e na substituição da matriz produtiva. O estímulo para a plantação de soja em todo o norte do estado e particularmente o aumento da área de pastagem na Mesorregião Noroeste Paranaense

---

<sup>8</sup> Modernização Conservadora é um termo utilizado para fazer referência à Era Vargas (1930 a 1945), que efetuou no Brasil uma nova trajetória, rumo a uma sociedade urbana e industrial. Ao lado da modernização econômica, Vargas estabeleceu um rígido autoritarismo político e concomitante às conquistas de direitos, como legislação trabalhista, o país conheceu a repressão e a censura. Enfim, a Era Vargas trouxe ao Brasil uma modernização conservadora, que serviu mais às elites que ao povo. Em outros períodos o Brasil passou por transformações que são características de um processo de modernização conservadora, como na década de 1960 e 1970 do século passado, onde o Estado produziu transformações econômicas significativas sem romper com a ordem social hierarquicamente organizada. Mais recentemente, autores vêm tratando desta questão vinculando-a às mudanças ocorridas a partir das posturas neoliberais implantadas no país. Sobre os diferentes enfoques desta temática ver SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro E. A distribuição espacial da população rural brasileira economicamente ativa 1981/1995. In: Revista Espaço e Geografia - UNB -Brasília, 1999.

alterou profundamente as relações de trabalho, causando uma redução na unidade de produção familiar.

No Gráfico 2, verificamos a saída de aproximadamente 55% da população rural em relação à década de 1970 e em relação à população total percebe-se, no mesmo período, que ao mesmo tempo em que houve a redução de mais de 20% da população rural, a população urbana cresceu mesma proporção, levando a acreditar que a primeira tentativa dos agricultores foi migrar para as cidades. Ao analisar os dados podemos verificar que com o passar dos anos, a população rural apenas diminuiu e mesmo crescendo a população urbana não podemos dizer que as cidades do noroeste tenham absorvido esse contingente, pois a população total somente reduziu no decorrer das décadas.

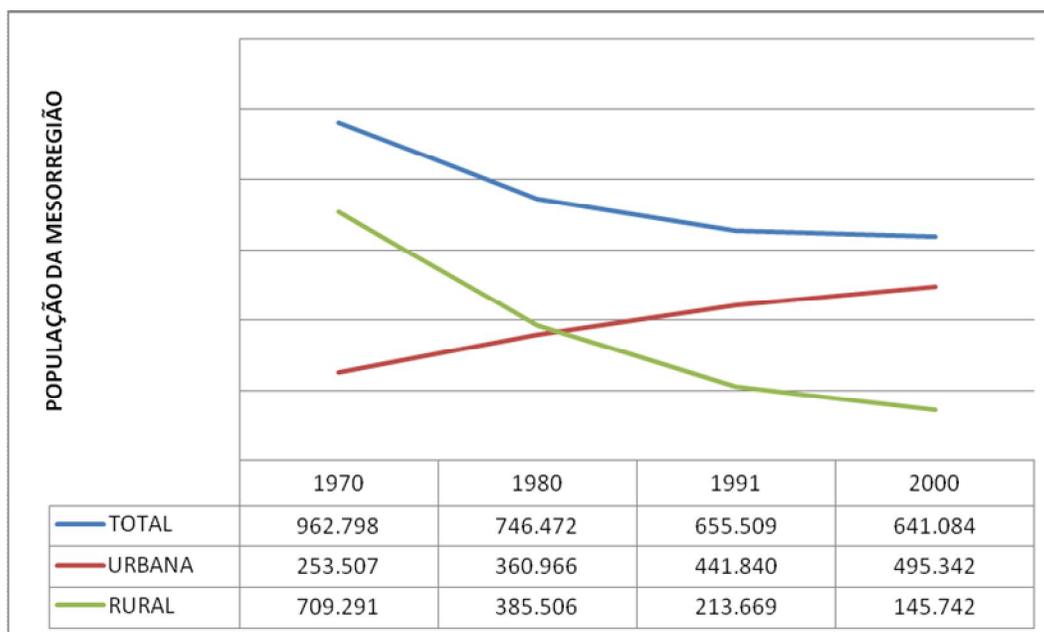


Gráfico 2- População residente segundo a situação de domicílio, Mesorregião Noroeste Paranaense.

Fonte: IPARDES

Quanto ao fluxo de trabalhadores rurais para as cidades é relevante destacar que as causas da expulsão não foram uniformes.

[...] não podemos afirmar que os principais acontecimentos relacionados à substituição do café pelas culturas mecanizadas e pela pecuária extensiva explica-se para a maioria dos trabalhadores, onde somente dois episódios são suficientes para justificar a expulsão ou expropriação que os atingiu, um de ordem climática, as geadas, e outro, de ordem jurídica, o Estatuto do Trabalhador Rural. [...]. A compreensão da composição da estrutura agrária no Norte do Paraná remete-se ora às políticas públicas a aos pactos construídos em escala nacional ora nos indica o peso das particularidades locais (PAULINO, 2006, p. 84).

Percebemos pelos estudos comparados que a questão do tamanho das propriedades nessa região é bem mais complexa e possui mais desdobramentos que aparenta num primeiro momento, já que vários fatores se inter-relacionam, com destaque para a pressão provocada por mudanças estruturais do sistema capitalista, bem como das políticas locais que irão absorver tais mudanças.

A questão da concentração de terras destaca-se nas palavras:

Apesar desse processo de ocupação estar baseado em pequenas propriedades isso provocou concentração de terras e conflitos fundiários, a formação baseada em pequenas propriedades, ainda que uma particularidade da região, em parte tornou-se um mito. Esta qualidade da formação socioespacial passou a ser ainda menos verdadeira com as mudanças na agricultura, provocadoras de forte concentração fundiária. Assim, apesar das dimensões menores dos estabelecimentos rurais na região, isso não implica em ausência de concentração de terras e conflitos fundiários (PAULINO, 2006, p. 62).

Em consequência, as pequenas unidades familiares, que resistiram ao processo, recorreram ao café para manter-se na terra, porque esta cultura não implicava em mecanização nos moldes implantados nas culturas temporais além de apresentar elevado índice de ocupação de mão de obra.

Para Endlich (2006), com esta mão de obra livre é possível compreender a espacialidade construída na região estudada, pois, o trabalho livre gerava demanda de consumo, sendo o acesso para os trabalhadores era possível com a rede de localidades centrais.

Não se tratava apenas do cultivo de um produto agrícola, uma atividade do campo, mas de uma economia que apresentava significativa divisão de trabalho e atividades que se realizavam nos espaços urbanos. Tal dinâmica constitui-se em elemento explicativo da urbanização da região. As pequenas cidades eram espaços dinâmicos onde se desenrolavam atividades articuladas com a economia cafeeira (ENDLICH, 2006, p.68).

Diante deste histórico de formação da região, percebe-se uma configuração espacial articulada para servir aos interesses dos grandes estabelecimentos, em que a pequena propriedade funcionaria em função das necessidades das maiores, produzindo um ordenamento da malha fundiária onde prevaleceu o projeto de exploração empresarial da propriedade, já que a comercialização dos minifúndios visava, sobretudo, garantir mão de obra aos grandes estabelecimentos.

### **3.2.1 Características gerais das propriedades familiares pesquisadas**

O trabalho foi realizado na mesorregião noroeste mais especificamente em seis municípios pertencentes região CONSAD ENTRE RIOS: Cruzeiro do Oeste, Maria Helena, Mariluz, Tapira, Tapejara e Tuneiras do Oeste.

A seleção dos municípios para desenvolver a pesquisa foi em parceria ao projeto<sup>9</sup> de extensão denominado Projeto Xetá, aprovado pelo CNPQ desenvolvido por professores da Universidade Estadual de Maringá e pela autora desta dissertação, Assessora Técnica da Incubadora<sup>10</sup> de Empreendimentos Econômicos Solidários do Campus Avançado de Umuarama-IEES/CAU-UEM.

A investigação constitui-se em três momentos:

---

<sup>9</sup> Projeto aprovado pelo CNPQ edital MCT/CNPq/SEAP-PR/CT-AGRONEGÓCIO/CT-VERDE AMARELO/ CT-SAÚDE/CT-HIDRO - Nº 07/2008.

<sup>10</sup> A Incubadora universitária tem como um dos seus objetivos integrar a Universidade e os trabalhadores p/ara desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho-Texto extraído do folder do Núcleo/ Incubadora UNITRABALHO-UEM.

a) no primeiro momento foram realizadas visitas nas propriedades com um roteiro prévio de perguntas abertas feitas aos pais dos jovens a fim de levantarmos a realidade em que estes jovens estão inseridos. Também neste primeiro momento da pesquisa foram aplicados 67 questionários com diversos produtores destes municípios;

b) no segundo momento participamos de dois encontros de formação e um dia de campo com os jovens produtores. Estes encontros aconteceram em finais de semana cujos temas abordados buscavam estimular outra perspectiva de gerenciar sua propriedade, a partir de seu cotidiano, além de trabalharmos com a ideia de economia solidária e desenvolvimento local.

c) e no terceiro momento foram realizadas entrevistas com seis jovens a fim de levantarmos suas perspectivas e planos para o futuro.

Assim, a primeira ação desenvolvida consistiu em levantar as propriedades familiares dos municípios elegidos. Deste levantamento buscamos as famílias que tinham filhos na propriedade e que estavam cursando o ensino médio. A indicação do jovem produtor sucedeu através das escolas municipais e em alguns municípios pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

A primeira dificuldade que encontramos foi localizar o jovem com o perfil que procurávamos: filho de produtor, estudante do ensino médio e que este estivesse residindo e trabalhando junto à família no campo. Na maioria das vezes quando falávamos com os diretores das escolas ou com os técnicos eles nos diziam que no município não havia mais jovem morando e trabalhando com o pai na propriedade.

No entanto, este jovem deveria ser filho de produtor de leite, pois, a atividade leiteira caracteriza-se por apresentar um tipo de organização da produção abundante em mão de obra familiar, típico da agricultura familiar, em que muitas famílias têm nesta atividade a única fonte de renda e para boa parte das pequenas unidades familiares a escolha desta atividade está na sua renda mensal, o que difere de outras culturas que tem um ciclo de produção anual.

Escolhidos os jovens produtores foram realizadas visitas nas propriedades, uma em cada município, onde foram filmados e gravados todos os encontros. Para a

entrevista elaboramos um roteiro<sup>11</sup> semiestruturado com cada um dos produtores ou responsável pela propriedade, entretanto, não ficamos presos a este roteiro, porque, levamos em consideração a dinâmica e riqueza que compõem o meio rural, na medida em que a conversa fluía as indagações iam surgindo.

O objetivo destas visitas nas propriedades foi estabelecer um contato com o produtor e buscar informações do seu dia a dia, da sua história de vida e assim entendermos seu ponto de vista com relação à propriedade e a produção além do que acreditamos que conhecendo a realidade em que estes jovens estão inseridos junto à sua família é possível compreendermos suas escolhas futuras.

Dessa forma, iremos a partir dos dados coletados caracterizar as propriedades estudadas, de tal modo que ao compreender as mudanças ocorridas nos seis municípios levantados, possamos esclarecer a forma com que a juventude rural integra-se a este processo.

As propriedades estão localizadas nas microrregiões de Umuarama e Cianorte e apresentam uma distância máxima de 50 km entre estas duas cidades polos, como podemos verificar no Mapa 2, as propriedades nos seus respectivos municípios.

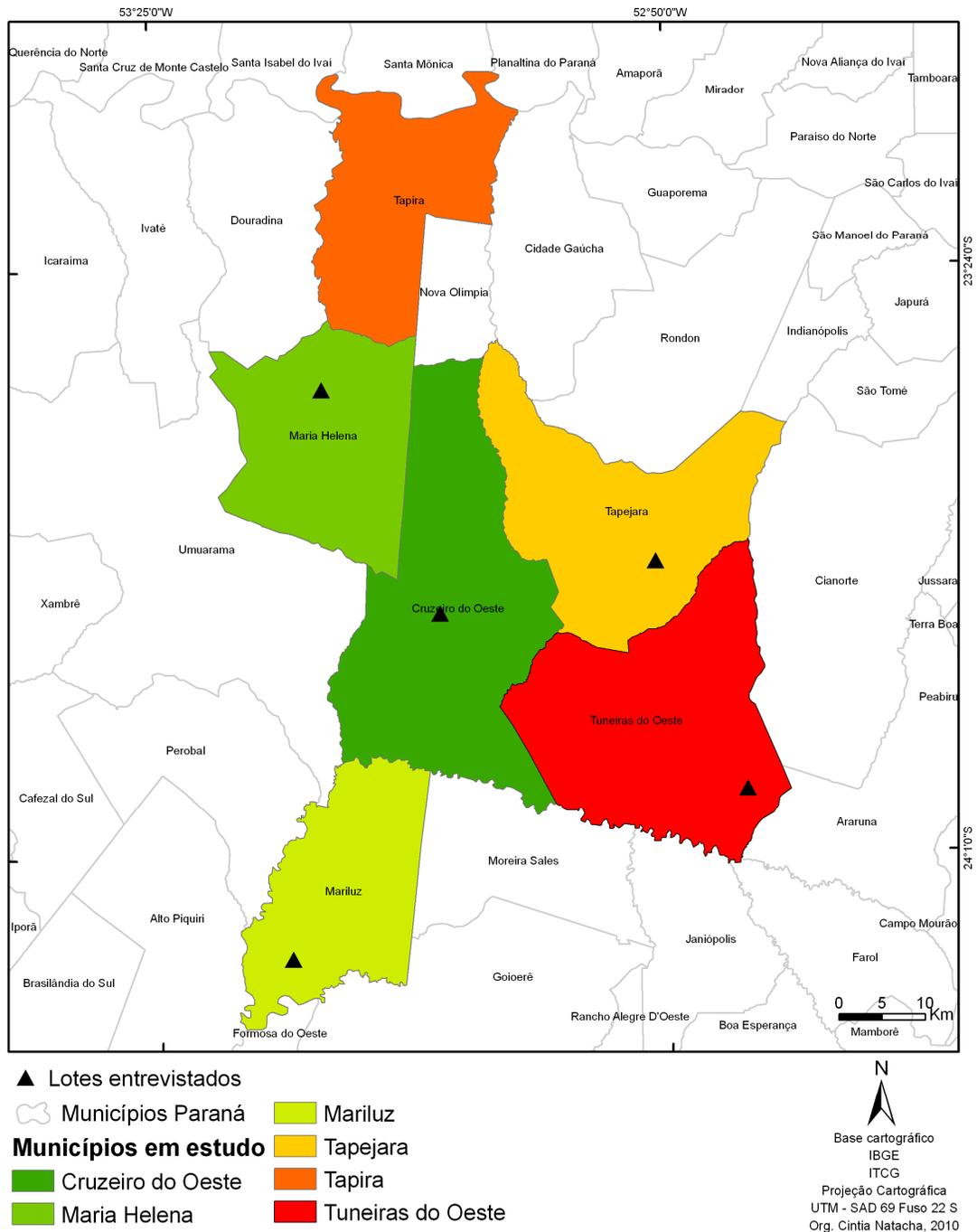
O acesso até aos municípios apresentaram boa infraestrutura e a linha de ônibus oferecia diversos horários para estas cidades, somente a via até as propriedades havia obstáculo, mas sem muitos problemas.

Parte da pesquisa também contou com a aplicação de 70 questionários com diversos produtores da região com questões socioeconômicas - idade, grau de escolaridade renda familiar entre outras, além de perguntas sobre a sua propriedade - área da propriedade, quanto tempo está na propriedade, o que planta para consumo próprio, em fim, uma série de questões que serão relatadas mais adiante. Desses 70 questionários, 67 puderam ser aproveitados, os outros não estavam em condições adequadas. Os questionários foram distribuídos para os jovens que participavam dos encontros de formação e cada um ficou encarregado de aplicar com os responsáveis pela propriedade.

---

<sup>11</sup> O roteiro com todas as perguntas realizadas com o responsável pela propriedade e as entrevistas realizadas com os jovens encontram-se nos anexos deste trabalho.

## Localização dos Lotes Rurais Entrevistados



Mapa 2: Localização das propriedades dos jovens entrevistados.  
Fonte: IBGE.

Dos produtores que participaram da pesquisa, um grupo em especial localizado no município de Mariluz, são produtores que conseguiram suas terras através da participação no Movimento Sem Terra (MST). Como já trabalhávamos com este assentamento formado por 235 famílias, decidimos inserir os filhos dos produtores nesta pesquisa.

Dentre as características levantadas pudemos verificar que a maioria dos entrevistados é casada, o que equivale a 92% com idade média entre 35 a 45 anos, faixa etária que caracteriza a segunda geração vinda a época da ocupação territorial nesta região. A pesquisa mostra que 31 dos entrevistados têm sua origem no próprio Estado, conforme Gráfico 3.

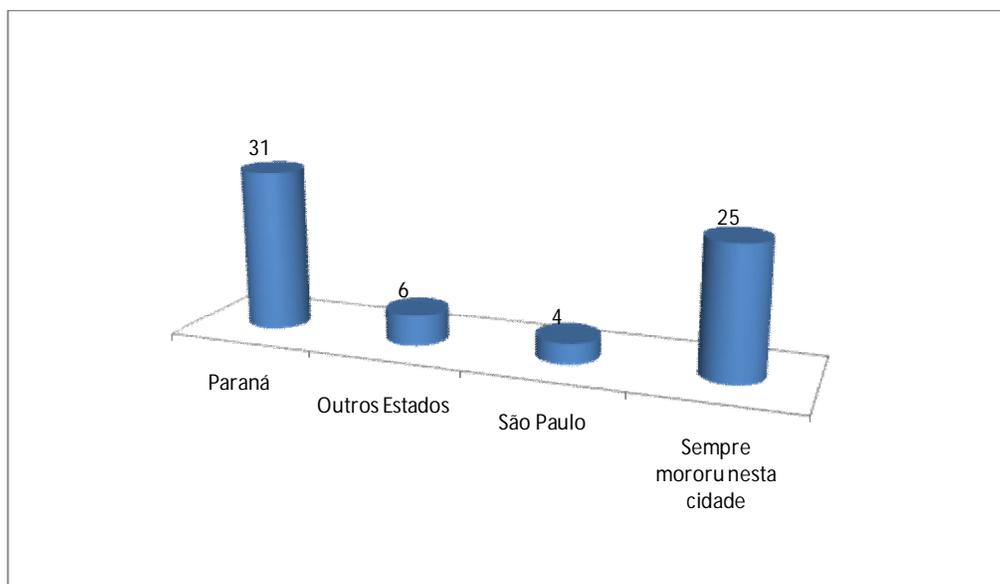


Gráfico 3- Origem das Famílias

FONTE: Dados da pesquisa Elaboração: TAKAHASHI, 2009.

Quatro em cada cinco famílias têm sua origem dentro do próprio Estado do Paraná e destas, praticamente a metade (duas a cada cinco famílias) foram constituídas nos mesmos municípios de seus antecessores, representando provavelmente a segunda

ou terceira geração oriunda da época de ocupação da região. Percebe-se que a mobilidade dessas famílias ocorre de maneira expressiva no próprio Estado (provavelmente ainda com maior intensidade regional) do que da forma ocorrida há 50 anos, em que o processo de ocupação constituiu-se por diversas correntes imigratórias, formadas basicamente por paulistas, mineiros e nordestinos, mas também por imigrantes com origem nas áreas pioneiras de ocupação do Estado.

Com relação ao grau de escolaridade 50 entrevistados cursaram até o 1º grau assim como seu cônjuge (Gráfico 4), não podemos afirmar que a baixa escolaridade está relacionada ao gênero, o que difere dos dias atuais sendo que as mulheres apresentam um grau de escolaridade maior, pois, estas veem nos estudos a oportunidade de mudarem suas vidas. Além do que as melhores condições do sistema de transporte e rodovia permitem que filhos de agricultores estudem em Umuarama, ou mesmo municípios com maior porte, e retornem a casa à noite.

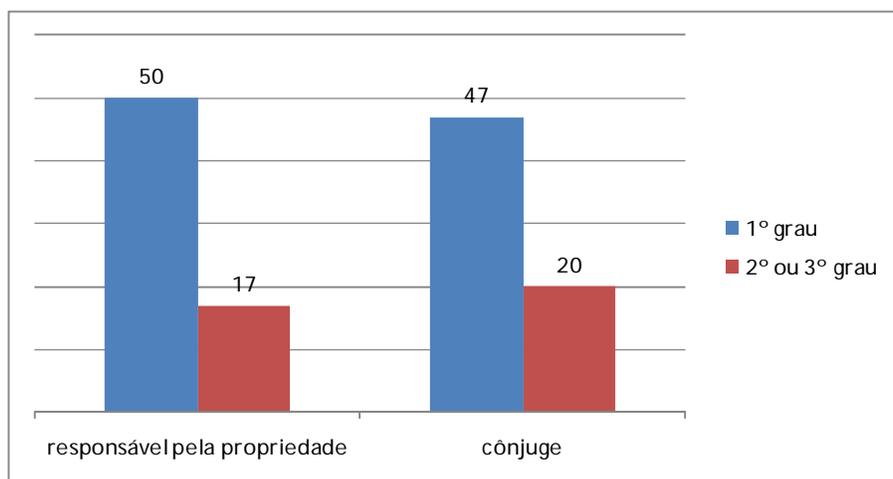


Gráfico 4- Escolaridade do responsável e cônjuge

FONTE: Dados da pesquisa. Elaboração: TAKAHASHI, 2009.

Praticamente a metade das famílias possui renda inferior a três salários mínimos e na quase totalidade (aproximadamente 95%) a renda não atinge

cinco salários mínimos, lembrando que o salário mínimo do Estado é de R\$ 547,80, valor na época da pesquisa.

As famílias, na sua maioria, são formadas por cinco pessoas com média de três a quatro filhos representando 49% dos entrevistados (Gráfico 5). Estes filhos 85%, por estarem na idade escolar ainda permanecem no campo trabalhando e morando com os pais.

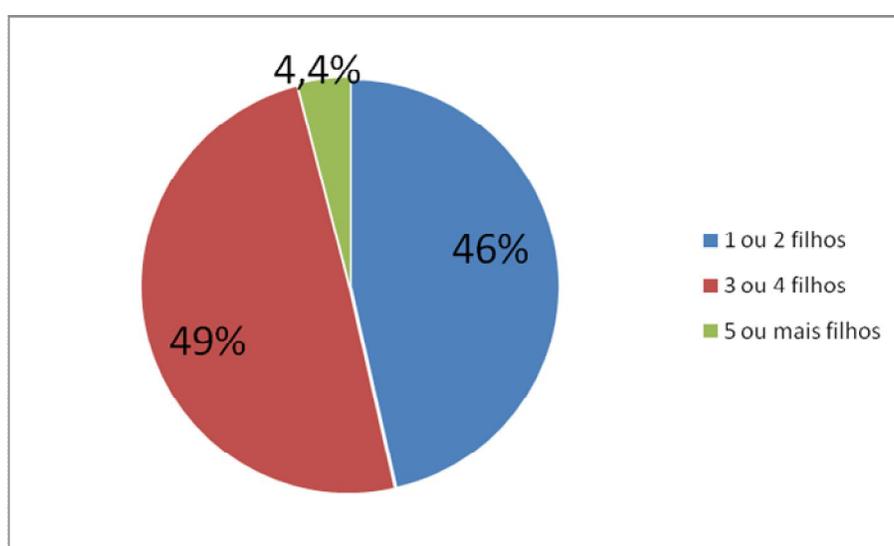


Gráfico 5- Número de Filhos por Família  
Fonte: Dados Da Pesquisa. Elaboração: TAKAHASHI, 2010.

As mulheres brasileiras nas décadas de 1960 -1970 tinham em média 5,8 filhos, 30 anos depois caiu para 2,3 filhos, em virtude das transformações ocorridas na família brasileira, como a entrada da mulher no mercado de trabalho e a popularização dos métodos anticoncepcionais. A formação das famílias no campo que na média tinham 4,5 filhos em reduz para 3,4.

Também levantamos os hábitos alimentares bem como suas atividades de lazer, assim para a grande maioria a resposta era sempre a mesma “não tenho lazer”, na

verdade algumas atividades como visitar parentes e familiares não são tidas como lazer, grande parte passa seu tempo livre assistindo televisão.

É interessante observar se os produtores estão tendo acesso a uma alimentação de modo permanente, tendo por base práticas alimentares saudáveis e que não venham a comprometer o acesso a outras necessidades básicas. Assim é necessário salientar a importância e a responsabilidade na maneira de obtenção, se está ocorrendo por meios ambientalmente sustentáveis, pressupondo a formulação de estratégias de produção, fornecimento e consumo de alimentos que não venham a comprometer o sistema alimentar das gerações futuras, (III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, 2007).

No trabalho, observamos também o consumo de alimentos bem como sua produção básica se está atrelada a diversificação da produção, prática esta evidente nas pequenas unidades produtivas familiares em que o agricultor apresenta uma variedade de alimentos e que compra somente aquilo que realmente não planta. Dos 67 entrevistados apenas 13 não plantam para o consumo, os demais plantam dentre os alimentos citados estão arroz, milho, mandioca, feijão, hortaliças, frutas, contudo, apenas os produtores do assentamento produzem todas estas variedades, ou seja, apresentam uma diversidade maior em suas propriedades.

Tudo vai chegar uma época que nós não vai tê nem alimento se continuá assim... Porque se você não planta como é que você vai come...vai vir de fora e na hora que eles não quiser mais vendê...daí não tem (agricultora, do município de Cruzeiro do Oeste).

A Tabela 1 apresenta os produtos comercializados e consumidos confirmando que a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população. De acordo com o Censo Agropecuário 2006, apesar da agricultura familiar no país cultivar uma área menor com lavouras (17,7 milhões de ha) e com pastagens (36,4 milhões de ha) ela é a principal fornecedora de alimentos básicos e proteína animal: mandioca 87%, feijão 70%, suínos 59%, leite 58%, aves 50%, milho 46%, café 38%, arroz 34%, bovinos 30%, trigo 21%, soja 16%.

Apesar desse importante desempenho, a fragilidade de parte desse grupo revela-se quando se examinam os dados sobre a renda monetária - quase 1/3 dos agricultores familiares declarou não ter alcançado receita no ano de 2006. Isso quem sabe indique a permanência da produção de subsistência e do autoconsumo. Embora o conjunto da agricultura familiar corresponder por 38% de toda a receita dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, (CALIARI, 2009).

Tabela 1- Alimentos Produzidos e Comercializados

Alimentos	Consumo próprio (%)	Comercialização (%)
Milho	21	3
Mandioca	28	31
Leite	37	84
Horta	30	6
Fruta	19	3
Frango	22	3
Feijão	10	-
Café	-	13
Arroz	5	-

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração: TAKAHASHI, 2010.

Apesar dos produtores estarem produzindo e comercializando alguns produtos não apresentam grande expressividade se comparados ao total estudado. Desta maneira o estímulo e a otimização de uma produção mais diversificada para as unidades produtivas familiares possibilita a criação e ampliação de trabalho e renda desta população. Os produtores também nos relataram que gostariam de investir em outras atividades como gado de corte (22 produtores), gado de leite (21 produtores), milho e mandioca (13 produtores) entre outros, mas, não o fazem na sua maioria por falta de recursos financeiros (21%), falta de área (11%) e escassez de mão de obra (5%).

Para Oliveira (1991), essa contradição marca o processo de desenvolvimento capitalista mostrando que o processo pelo qual o capitalismo se expande no país passa

pelo domínio do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e pelo predomínio do trabalho familiar, camponês, ou seja, nas pequenas unidades de produção.

Analisando a área das propriedades (Tabela 02) as propriedades pesquisadas possuem as seguintes áreas: 24% em áreas menores que 10 ha, 39% em áreas entre 10 e 20 ha, 15% em áreas de 20 a 50 ha e 22% em áreas maiores que 50 ha. A superioridade das unidades produtivas familiares concentra-se na faixa de 10 a 20 ha representado expressivamente pela presença dos lotes (15 ha) padronizados dos jovens que vivem no assentamento do município de Mariluz. Se desconsiderássemos a participação dos assentados boa parte das famílias estaria em propriedades com áreas abaixo de 10 ha. Chama-nos atenção ao fato de 22% das unidades produtivas estarem nas propriedades acima de 50 ha, bastante expressiva, apenas ligeiramente inferior àquelas que vivem nas propriedades abaixo de 10 ha, no entanto, estas famílias não são proprietárias, e sim parceiras e/ou empregadas.

Tabela 2: Acesso a terra segundo grupo de área (ha)

Área da propriedade (ha)	Herança	Compra	Arrendamento	Empregado	Assentamento	Parceria	Total
< 10 ha	5	8	1	-	-	2	16
10 a 20 ha	4	7	3	-	12	-	26
20 a 50 ha	4	4	1	1	-	-	10
> 50 ha	2	2	-	4	-	7	15

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração: TAKAHASHI, 2010.

As propriedades onde se verificou a presença de parceiro estão nos estabelecimentos com áreas maiores de 50 ha e menores de 10 ha, esta última provavelmente por possuir parcerias entre as próprias famílias.

As “parcerias” na sua grande maioria beneficiam apenas o dono da terra como é o caso de uma das famílias da pesquisa, o Sr. Américo<sup>12</sup> que trabalha na propriedade há

<sup>12</sup> Nome fictício para preservar sua identidade.

muitos anos, cuidando de toda a propriedade e o dono “dá” uma parte da produção leiteira em troca de seu trabalho mais um pequeno salário. O dono que não tem como atividade central a produção leiteira tem como renda principal, o gado de corte criado de forma extensiva<sup>13</sup>, requerendo pouco investimento e funcionando como atividade de especulação. Dessa forma, o patrão acaba mantendo o funcionário, que não tem carteira assinada, apenas com alguns litros de leite, o que é insuficiente para manter a família já que sua esposa trabalha fora para complementar a renda, verificamos isso com a fala de uma produtora:

Tem pessoa aí que tem 7 alqueires de terra e não sobrevive dela... Os filhos tudo trabalha aqui na cidade... Uma é costureira e outro trabalha totalmente fora da roça... Não sobrevive porque se não teria que tira os filhos, né? (Produtor de Maria Helena)

Para Oliveira (1991) a utilização dessas relações de trabalho não capitalistas poupa ao capitalista investimento em mão de obra, que no mesmo instante em que ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros camponeses, que converte em dinheiro, transformando a renda da terra em capital. Esse acordo é que garante ao proprietário o aumento da sua riqueza onde somente o trabalho pode criar valor, no momento em que o trabalhador está sob controle, seus ganhos são transferidos.

Nem todos que vieram para esta região conseguiram comprar suas terras, alguns são empregados e vivem como parceiros, uns produzem em terras arrendadas ou outros conseguiram a terra por meio da participação do Movimento Sem Terra – MST, conforme podemos verificar nas falas dos produtores:

Essa propriedade é do avô dele [...] era tudo café [...] eles tinha fazenda modelo (Esposa do produtor dono da terra).

[...] é 300 reais 350 depende o tanto que você arrenda [...] lá nois tamo pagando por cabeça 20 por cabeça ou 25 depende do lugar (Produtor que aluga terra por cabeça de gado).

---

<sup>13</sup> O pecuarista extensivo é aquele que mantém animais em áreas excessivas, não se preocupando com a produtividade, mas apenas esperando o melhor momento para negociar. Estes empregam um baixo nível de tecnologia como: adubação, manejo de pastagem, e genética do rebanho.

[...] paga salário, metade do leite é pra mim e metade pro patrão. (Empregado da propriedade).

A gente acabou vendo na televisão o assentamento o acampamento [...] Pode ser que ganha terra logo, pode ser que não... a gente tava numa condição meio precária lá e resolvemos embarcar (Jovem que é assentada hoje).

No Brasil, o acesso a financiamento para as pequenas unidades produtivas familiares ocorre através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem como finalidade o financiamento de projetos individuais ou coletivos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Para Paulino (2006, p. 292), a burocracia para se conseguir crédito acaba dificultando o acesso aos pequenos produtores:

[...] a liberação do crédito do PRONAF aos pequenos produtores implica num trâmite moroso e burocrático o qual prevê a elaboração de projetos que evidenciam claramente o enquadramento das famílias e explicitem como se dará a eventual aplicação dos recursos. Além disso, é necessário anexar uma série de papéis e certidões que somente quem conhece as estruturas burocráticas poderia saber como e onde obtê-los. Enfim, parece não haver dúvidas que, sem uma mediação externa, esse processo excluiria os camponeses a priori.

Durante nossa pesquisa de campo, verificamos juntos aos produtores que 36 produtores utilizam financiamento para manter sua produção, a maioria dos produtores do assentamento de Mariluz tem financiamento, o que acabou induzindo a quantidade de produtores que utilizam financiamento. O município que apresentou menor participação foi Cruzeiro do Oeste, uma vez que estes produtores não se enquadram nas exigências requeridas para acesso ao crédito, que de acordo com (Banco do Brasil, 2009) são:

- a) Agricultores que tenham o trabalho familiar como base da exploração da propriedade, inclusive indígenas e quilombolas;
- b) É preciso residir na propriedade ou em local próximo;
- c) Ter renda bruta agropecuária anual de até R\$ 110 mil;

- d) Deter ou explorar área de até 4 módulos fiscais<sup>14</sup>;
- e) Para comprovar o enquadramento ao Programa, é preciso uma Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP, que é fornecida gratuitamente e exigida para acesso aos financiamentos.

No caso de investimento<sup>15</sup> é necessário que o agricultor leve o orçamento, plano ou projeto simplificado, elaborado por empresas de assistência técnica da localidade. Na região estudada, este trabalho é realizado pela EMATER. Esta empresa responsável pela assistência técnica apresenta seu quadro de efetivos desfalcado ou na sua maioria sobrecarregados, como o produtor conseguirá este projeto para conseguir créditos liberado? Fica então aqui confirmado a morosidade e burocracia além da intermediação de terceiros para acesso ao crédito.

Estas são algumas das exigências para obter acesso ao crédito, verificamos que não são poucas e na realidade acabam não atendendo de fato os produtores familiares descapitalizados, como podemos ver na fala da Sra. Esperança de município de Cruzeiro de Oeste que produz leite em terras arrendadas e tentou buscar financiamento.

Uma vez eu fui na Emater ...que eles tava dando um negócio...é projeto do PRONAF mais aí eles pra fornecer PRONAF pra você eles pedem uma carta de anuência que o dono do sítio teria que assinar ...se você acha que o dono do sítio vai assinar pra você pegar dinheiro não vai assinar não...eu nem voltei mais . Se você não tem o sitio o que você vai dar em garantia (Produtora que arrendatária).

---

<sup>14</sup> Módulo fiscal é unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e conceito de propriedade familiar. Também serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Pequena Propriedade-o imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais; Média Propriedade-o imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais. Serve também de parâmetro para definir os beneficiários do PRONAF (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais).

<sup>15</sup> Investimento é (1 das 13 linhas de crédito) que serve para financiar implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

Para a produtora a forma como é dada assistência técnica não condiz com a realidade do produtor, o técnico muitas vezes indica soluções que o produtor não consegue cumprir por faltam de recursos financeiros, suas sugestões muitas vezes acabam não sendo viáveis a realidade do pequeno produtor descapitalizado.

[...] eu acho que eles teriam que visitar os pequeno produtor e citar as novas oportunidades tem assim... Assim... Assim, assado

[...] se não faz é que não tem renda financeira pra fazer [...] ele te coloca um monte de coisa pra você comprar mais se você não tem dinheiro como é que você vai compra você não obedeceu não é porque você não que ...é porque você não tem condição financeira pra isso.

Em se tratando de financiamento pudemos verificar junto aos produtores que 64% utilizam financiamento em suas atividades para custear sua produção 55%, 24% para compra de equipamentos e 21% para benfeitorias em geral na propriedade. Apesar de toda burocracia existente para ter acesso as linhas de crédito podemos concluir que em relação aos pesquisados o acesso chega as pequenas unidades familiares desde que estas tenham condições mínimas exigidas, o que não quer dizer que melhorias ao crédito não devam ser pensadas já que sabemos da existência de vários produtores que produzem sem terra própria.

Como os produtores familiares têm grandes dificuldades de incorporarem novas tecnologias de produção e transformação, principalmente pela falta de capital a situação se agrava quando se analisa a relação entre esses pequenos produtores com os compradores do produto: ausência de qualquer poder de negociação na definição dos preços de venda. Em muitos casos, os produtores estão ilhados por atividades monocultoras e são literalmente desprezados pelos laticínios e cooperativas.

O fomento à economia solidária pode favorecer a edificação de um verdadeiro setor de serviços e de produção artesanal baseado no pequeno empreendedor organizado sob a ótica da solidariedade, complementar com as necessidades de consumo e de geração de renda locais. A economia solidária tem, portanto, importância crucial na estratégia de desenvolvimento local (BRASIL, 2004).

Quando perguntamos aos produtores se tinham o interesse de participarem de uma cooperativa, 82% responderam que sim, que teriam interesse em participarem de um grupo organizado até porque alguns deles já participam de determinado tipo de organização seja sindicato, associação ou entregam em conjunto seu produto mesmo sem uma formalização.

Desta forma, as perspectivas possíveis da Economia Solidária - ecosol, através do cooperativismo e do associativismo são de fundamental importância na consolidação de grupos autogestionários<sup>16</sup>, que tenham como objetivo trazer novas perspectivas de fortalecimento às atividades econômicas e produtivas desses trabalhadores.

### **3.2.2 Os Jovens da Região CONSAD ENTRE RIOS**

A formação do Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional faz parte da ação estratégica do Ministério Social e Combate à Fome (MDS) para geração de oportunidades de trabalho e renda nas regiões periféricas do país. O Consórcio tem como objetivo ações de integração entre o poder público e a sociedade civil para promover ações de segurança alimentar desenvolvimento local, de forma institucionalizada, visando dar prioridade na esfera de produção, comercialização, consumo e crédito, o conjunto da população que atualmente vive em condições precárias de alimentação.

O CONSAD tem um importante papel a cumprir como agente institucional encarregado da promoção de projetos, concebidos de forma pactuada entre a sociedade civil e o poder público, fornecendo

---

<sup>16</sup> A autogestão é o processo em que os sócios/trabalhadores ou cooperados/trabalhadores pensam, organizam e executam o trabalho coletivamente. Nesse sentido, com a autogestão deixam de existir: hierarquia de cargos, divisão alienante das tarefas, diferenças de renda em função do tempo de trabalho, separação entre o planejamento do trabalho e sua execução e centralização das decisões.

apoio técnico e aval institucional na obtenção de recursos junto a parceiros estaduais, nacionais e internacionais e internacionais (BRASIL, 2004, p.08).

Os consórcios são formados por municípios com baixos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e baixa população, territorialmente excluídos dos eixos de acumulação de riquezas. São municípios com perfil rural, com grandes carências infraestruturais, cuja atividade econômica e de subsistência reside, na maior parte dos casos, na agricultura familiar:

O poder público nestes municípios necessita de recursos federais e estaduais para a oferta de serviços básicos e seus mercados dependem da “importação” de bens e serviços externos ao território do qual fazem parte. Esta situação propicia a migração da pequena renda gerada nestes municípios para fora do território que compõem, dificultando a criação de postos de trabalho, fortalecendo um circuito vicioso de pobreza e fome. A inserção destes municípios na estrutura econômica dominante – quando não são completamente excluídos – provoca hoje uma perversa situação de colonialismo interno, de relações de dependência econômica no interior do território nacional (BRASIL, 2004, p.10).

No Brasil, existem 40 unidades (Figura 1) em todo território nacional, que teve início em 2003, como parte de estratégia do MDS. No Paraná encontra-se em duas regiões: o CONSAD Paraná Centro formado por 18 municípios<sup>17</sup> e o CONSAD ENTRE RIOS com 33 municípios<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Os municípios são: Altamira do Paraná; Boa Ventura de São Roque; Campina do Simão; Cândido de Abreu; Iretama; Laranjal; Manoel Ribas; Marquinho; Mato Rico; Nova Cantu; Nova Tebas; Palmital; Pitanga; Rio Branco do Ivaí; Rosário do Ivaí; Roncador; Santa Maria do Oeste; Turvo.

<sup>18</sup> Alto Piquiri; Altônia; Brasilândia do Sul; Cafezal do Sul; Cianorte; Cidade Gaúcha; Cruzeiro do Oeste; Douradina; Esperança Nova; Francisco Alves; Guaporema; Icaraíma; Indianópolis; Iporã; Ivaté; Japurá; Jussara; Maria Helena; Mariluz; Moreira Sales; Nova Olímpia; Peroba; Pérola; Rondon; São Jorge do Patrocínio; São Manoel do Paraná; São Tomé; Tapejara; Tapira; Tuneiras do Oeste; Umuarama; Vila Alta; Xambrê.

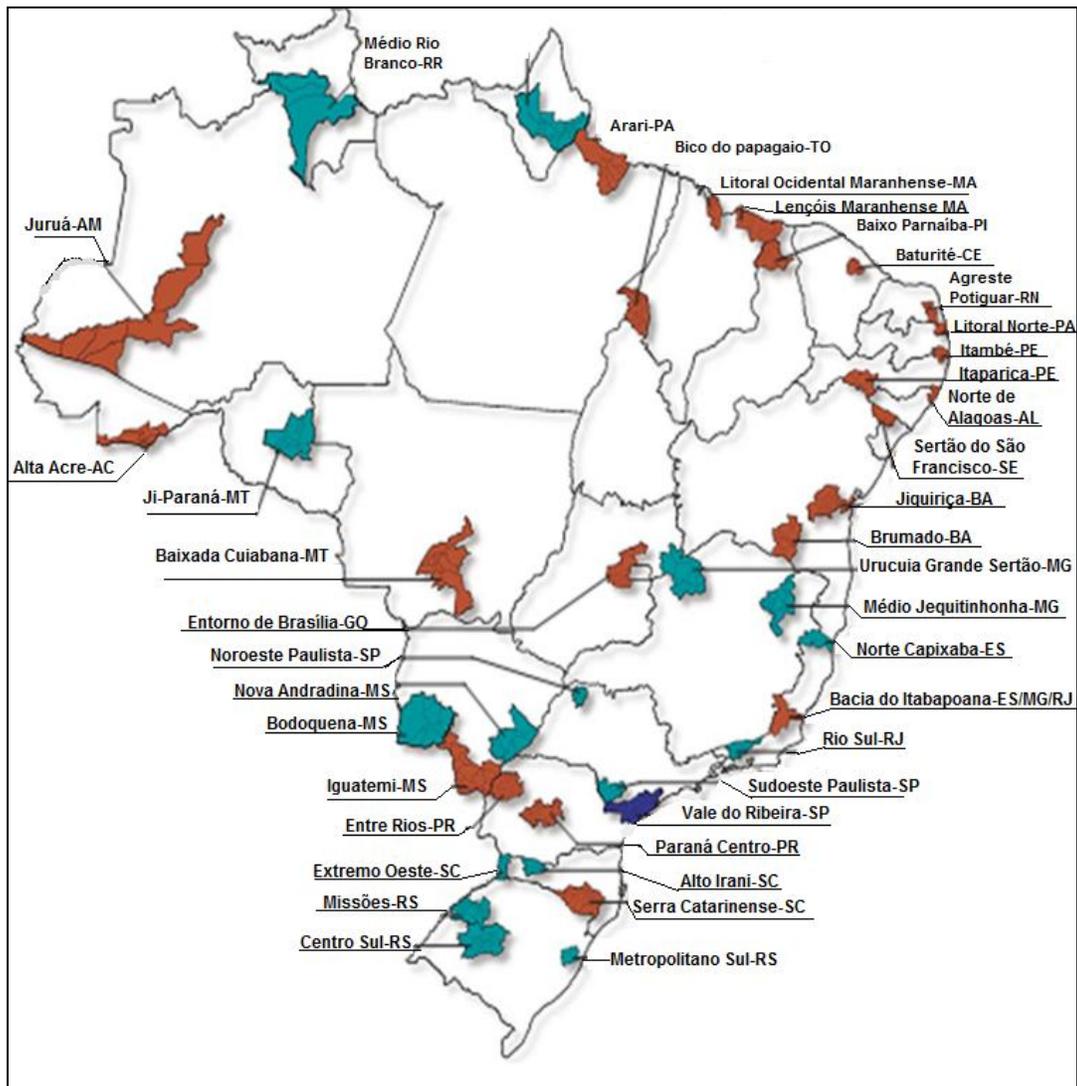


Figura 1 -Localização dos CONSAD no Brasil.  
 FONTE: Boletim CONSAD, 2004. Adaptação TAKAHASHI, 2010.

A região<sup>19</sup> CONSAD ENTRE RIOS está localizada na Mesorregião Noroeste Paranaense (61 municípios) e de acordo com a contagem populacional, IBGE (2007),

<sup>19</sup> Esta região é considerada território apenas para o MDS de acordo com os critérios exigidos por este Ministério. A região está em processo para transformar-se em Território segundo os critérios do MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário.

apresenta 392.017 habitantes, em que 80% da população situam-se (315.157 hab) na área urbana

Boa parte dos municípios que constituem a região CONSAD apresenta população inferior a 10.000 habitantes e aptidão para atividades agrícolas, 33 municípios, 23 são formados por até 10 mil habitantes, 07 com população que varia entre 10 a 20 mil habitantes e apenas 03 municípios (Umuarama, Cianorte e Cruzeiro do Oeste) com população superior a 20 mil habitantes conforme verificamos na Tabela 3.

Tabela 3- Quantidade de habitantes segundo escalas

VARIAÇÃO POPULAÇÃO	QUANTIDADE MUNICÍPIOS
Até 5mil	7
5-10.000	16
10-20.000	7
20-50.000	1
50-100.000	1
Acima de 100.000	1

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

Cidade como Altônia que na década de 1980, possuía uma população superior a 40 mil habitantes, no Censo de 2000, chegou a 19.230 habitantes, ou seja, ocorreu uma redução populacional da ordem de 52% em 10 anos. A redução da população entre os censos de 1980 e 2000 mostra que a região vem perdendo de forma expressiva sua população, parte expressiva no final de década de 1970 e a outra metade na década de 1980, em toda região houve uma redução de 21% da população no período de 20 anos.

E mesmo na década de 1990, apesar da diminuição da intensidade, o decréscimo continuou, atingindo uma redução demográfica da ordem de 5,3% (Tabela 4). Esta redução demográfica dos últimos 10 anos é fruto exclusivamente do processo de esvaziamento no campo, pois não houve redução populacional urbana, pelo contrário, houve um aumento da ordem 12,5% das pessoas morando nas cidades, passando de 255.632 habitantes para 287.607 habitantes. No entanto, a população rural na região diminuiu 35,8%, comparando os censos entre 1991 e 2000, passando de 149.041 para 95.506 habitantes.

Tabela 4: População do território CONSAD ENTRE RIOS durante a década de 1990.

ANO	Rural	Urbano	Total
1991	149.041	255.632	404.673
2000	95.596	287.607	383.203

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Por todo este histórico apresentado na região noroeste do Estado os municípios estudados no projeto, não poderiam se apresentar de maneira diferente, os jovens permaneceram no campo ou não em função da realidade que sua família vive, ou seja, se sua família apresenta uma situação de vida suficiente em que possam sobreviver provavelmente seus filhos continuaram, pois veem perspectivas de futuro, agora quando a família apresenta uma situação de grande dificuldade em que o campo não é capaz de dar o sustento, os jovens acabam buscando outras atividades para se manterem.

Depois de realizada as visitas nas propriedades, foi solicitado a cada jovem que encontrasse mais 10 outros jovens de seus municípios para que estes pudessem participar da formação que seriam dados a eles.

Como os encontros<sup>20</sup> só poderiam acontecer no sábado em razão dos jovens serem estudantes, programamos dois sábados durante os dois períodos do dia.

A intenção destes dias de formação foi justamente passar uma ideia do que é economia solidária e como ela é capaz de criar possibilidades de ampliação e inserção dos trabalhadores, eles se organizam para gerar trabalho e renda, mas não somente isto, como também buscarem através destas iniciativas, fortalecerem os laços sociais de cooperação que poderão levar a um desenvolvimento pessoal, profissional e social das pessoas envolvidas e ao desenvolvimento da comunidade e do território onde estas iniciativas estão situadas, sempre tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável: que se pauta na preservação e fortalecimento dos laços sociais, das riquezas culturais e do meio ambiente.

---

<sup>20</sup> Por eu ser Assessora Técnica da Incubadora, organizei juntamente com os estagiários da Incubadora toda a logística e até mesmo a formação destes encontros.

Foram três encontros nos quais participamos com os seguintes temas: economia solidária e desenvolvimento local, e no terceiro encontro, participamos com os jovens de um dia de campo em uma propriedade modelo aqui na região. Os encontros contaram com a participação de aproximadamente 45 jovens. Discutimos com eles a partir de dinâmicas de grupo.

Os dias de formação foram realizados no anfiteatro da Universidade, o trabalho com os jovens foi feito da seguinte forma: foram divididos em seis grupos de 10 jovens, mesclando os jovens dos diversos municípios que estavam participando. Foram entregues textos com diversos temas como: economia solidária, cooperativismo, monocultura da cana-de-açúcar, êxodo rural, enfim assuntos que estão no cotidiano destes jovens.

A partir destes textos foi pedido que cada grupo explanasse o assunto e associasse essas questões com o dia a dia de cada jovem e de seu município. A ideia foi estimular junto ao jovem sua realidade e pensar em possíveis soluções para o desenvolvimento da região.

No segundo encontro, discutimos as questões de desenvolvimento local, elucidando aos jovens uma síntese do que é desenvolvimento local, bem como foi pedido que cada um trouxesse um produto ou uma característica do seu município e a partir daí foram relatados as dificuldades e melhorias que os municípios apresentavam. Dessa forma, relatamos de maneira alternada os encontros e as entrevistas.

Realizamos oito entrevistas com os jovens, filhos de agricultores entrevistados (cinco moças e três rapazes) e destes três jovens (duas moça e um rapaz) disseram que não gostariam de continuar na propriedade, o argumento levantado está relacionado na grade maioria a questão econômica, porque para eles o trabalho no campo não dá futuro, é um trabalho pesado, e não valorizado. O segundo grupo que deseja ficar argumenta que a qualidade de vida ali no sítio é boa, que viram mudanças e melhoras, que pretendem estudar e continuar, além da relação afetiva conforme Carneiro, 1998, aponta que a relação afetiva com a família, confunde-se com a facilidade do recurso patrimonial da família, além da qualidade de vida identificada por imagens que se opõem às características da cidade grande: calma, tranquilidade, segurança e extensão

da rede de sociabilidade (número de amigos e vizinhos) podemos verificar nas falas dos jovens.

O sítio apesar de ser difícil é melhor que a cidade, o padrão de vida é mais melhor, é mais barato em casa a gente não compra verdura, carne só compra arroz, feijão e bobageira (Moça de Tuneiras do Oeste que pretende ficar no sítio)

Eu acredito que sim... Eu vejo né? Eu vejo o fruto daqui eu vejo. Eu consigo vê... Quando eu cheguei aqui não tinha uma árvore não tinha nada agora eu me sinto bem... Essa sombra gostosa eu vejo sabe... Muitas pessoas não dão valor a isso (Filha de assentado, apesar da luta e da dificuldade não quer sair do campo).

Eu gosto do sítio mais eu prefiro viver na cidade mais que nem final de semana ficar no sítio (Moça que faz faculdade em Umuarama e o pai é secretário da agricultura no município que mora)

Só do sítio também não dá, porque tem pouca ajuda do governo (Rapaz que estuda no colégio agrícola e a família vive em terras arrendadas).

Na busca por projetos para o futuro, os jovens encontram-se em situações de dúvida entre sair para estudar fora e ter uma profissão e a vontade de permanecer morando em seu município de origem ainda mais que as condições de transporte para cidades polos como Umuarama e Cianorte, facilitam a permanência em seus municípios, sem que isso implique na continuidade da atividade agrícola e dos estudos. Nota-se um aumento significativo de jovens que se preparam para o ingresso na universidade apesar de suas escolhas apontarem certa incompatibilidade com a intenção de continuar vivendo na localidade. A seguir (Quadro 1) alguns relatos de forma resumida das expectativas para o futuro com relação aos estudos.

<b>JOVEM</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PLANOS PARA OS ESTUDOS</b>
Rapaz	Cruzeiro do Oeste	Depois que eu terminar aqui, quero fazer medicina veterinária ou zootecnia... e depois trabalhá numa casa agropecuária, abri um negócio pra mim neh.

Moça	Tapira	Aqui a qualidade de vida é boa mais o salário não é muito bom quem faz faculdade não dá pra ficar aqui só se eu fizesse a faculdade direcionada no sítio aí sim ...
Moça	Tuneiras do Oeste	Ajudar meu pai, mexer com leite, mandioca e diversificar, o estudo eu não to com muita pressa pra fazer a faculdade, vou fazendo aos poucos.
Moça	Maria Helena	Agronomia ...dos que tem por aqui foi o que me interessou, mais conhecimento prá ajudar na propriedade.

Quadro 1 -Planos de estudos dos jovens entrevistados.

Fonte: dados da pesquisa, 2009.

Segundo Pereira (2008) a opção pela educação técnica surge como uma maior possibilidade para os jovens menos favorecidos, serem inseridos no mercado de trabalho dentro ou fora da sua localidade, nas atividades agrícolas ou não. Para aqueles que pretendem chegar ao nível superior, a probabilidade torna-se mais próxima, visto que o ensino médio possibilita o concurso do vestibular.

Ainda segundo o autor é “preciso unir a educação à dinâmica da produção agrícola familiar e ao interesse de crianças e jovens, mesmo que, futuramente, eles viessem a decidir trilhar caminhos diferentes daqueles que marcavam a vida dos seus familiares” (PEREIRA, 2008, p. 79).

É preciso estar atento para o fato de que os jovens começam a formular projetos de futuro que incluem a saída com a finalidade de estudar e melhorar de vida. O retorno dependerá, para Carneiro (1998, p. 08) na “do ritmo do desenvolvimento local e das alternativas que surgirem, daí a importância de políticas públicas que tenham a juventude rural como alvo principal”.

Com relação às políticas públicas voltadas aos jovens temos observado alguns programas federais que estão em execução no país, conforme podemos verificar (Quadro 2), contudo, para o jovem que vive no campo elas são insuficientes para não dizer limitadas em se tratando das diversas áreas que afetam estes jovens como: saúde,

educação, trabalho, segurança pública enfim necessidade de todo jovem, mas que para estes precisam ser vistas com outro olhar.

<b>PROGRAMA</b>	<b>OBJETIVO</b>
Brasil Alfabetizado	Promover a alfabetização dos brasileiros com mais de 15 anos que não tiveram a oportunidade de estudar.
Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)	Ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a trabalhadores que não tiveram acesso ao Ensino Médio na idade regular.
Programa Nacional do Livro Didático para Ensino Médio (PNLEM)	Entrega das publicações para alunos de escolas públicas do Ensino Médio de todo o país, com exceção das escolas de Minas Gerais e do Paraná, que desenvolvem programas próprios.
Programa Cultura Viva	Aumentar o acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais, visando ainda contribuir para o fortalecimento do contato entre as comunidades; ademais, entende que a produção audiovisual e sua distribuição estimulam o protagonismo juvenil e aproximam a cultura brasileira da escola
Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)	Reforçar a qualificação sócio profissional e a inserção do jovem no mercado de trabalho.
Projeto Rondon	Promover a participação da juventude no desenvolvimento social e econômico do país.
Programa Pronaf Jovem	São liberados, no máximo, R\$6.000,00 para os jovens contemplados pelo programa aplicarem na realização de projetos de interesse próprio
Programa Nossa Primeira Terra.	O programa provê, para os beneficiários, o crédito de até R\$ 40.000,00 para a realização de projetos comunitários e infraestrutura.
Programa Universidade para Todos (Prouni)	Concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes brasileiros de baixa renda.

Programa Bolsa-Atleta	Garantir apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos que não contam com o patrocínio da iniciativa privada.
Programa Escola Aberta	Ampliar as oportunidades de acesso a atividades educativas, culturais, de lazer e de geração de renda, por meio da abertura das escolas públicas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nos fins de semana.
Programa Juventude e Meio Ambiente	O programa tem como foco as políticas ambientais, visando à formação de lideranças.
Projeto Soldado Cidadão	Preparar os jovens egressos do serviço militar (de baixa renda) para o mercado de trabalho.
Programa Nacional de Inclusão de Jovens	O Programa pretende oferecer, de forma integrada, a conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação profissional e a capacitação para a execução de ações comunitárias.

Quadro 2- Programas federais para a juventude em execução  
 Fonte: CARVALHO, 2009. Adaptação TAKAHASHI, 2010.

Percebe-se dessa forma, de acordo com o anúncio dos programas federais para o jovem rural, uma lacuna diante dos jovens que vivem no campo e dos urbanos, se atentarmos a magnitude dos problemas agrários vividos no Brasil e a vivência de movimentos e organizações sociais atuantes no campo. Deste modo, o assunto das políticas públicas de juventude no Brasil está sendo planejado ainda sob uma perspectiva restritamente urbana.

Como sabemos, as atividades das pequenas unidades produtivas familiares para uma parte, não são suficientes para sustentar toda a família, alguns membros da família (mulheres e filhos) buscam outras atividades fora da propriedade para complementar sua renda, o que alguns pesquisadores nomeiam de pluriatividade.

De acordo com Schneider (2003, p. 100), “parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não agrícolas, praticadas dentro

ou fora das propriedades”. Para o autor a pluriatividade é uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais.

O pai só tira leite planta mandioca, tinha café agora não tem mais minha mãe trabalha na cidade...faz uns 8 anos que ela ta trabalhando na cidade .antes ela trabalhava no sítio (família que vive das atividades fora do campo).

Meu marido mexe com cerca, época de colheita você trabalha na roça aqui trabalha todo mundo pra ajudar porque só do leite a gente não sobrevive ( família que entregava o leite na rua, hoje com a Normativa 51 esta prática está proibida).

A propriedade não sustentava a família, falta dinheiro pra pagar as conta (produtor do município de Tapira)

A pequena agricultura familiar para outros pesquisadores encontra-se em crise com graves ameaças à reprodução, o que tem levado boa parte dos produtores – e principalmente seus filhos – a buscarem alternativas de trabalho fora do setor agrícola, seja de maneira definitiva ou como um complemento das atividades desempenhadas nas unidades produtivas (CARNEIRO, 1998).

Ainda para Carneiro (1998), o crescimento da oferta de alternativas de emprego alimentada pelos capitais de origem urbana, provoca uma reavaliação do modelo de exploração agrícola, criando espaço para a pluriatividade que muitas vezes pode retrair a atividade agrícola, passando a ocupar o papel de produtora de renda complementar.

[...] do ponto de vista do trabalhador, essa mobilidade constitui um mecanismo da estratégia de sobrevivência ou de ampliação da capacidade de consumo, já que o seu envolvimento em uma só ocupação não lhe traria o necessário ao seu sustento e de sua família nas novas condições de reprodução social (CARNEIRO, 1998, p.7).

Podemos notar o quanto o universo rural é diversificado e quantas opiniões distintas os jovens apresentam em suas falas, é justamente esta diversidade que caracteriza as pequenas unidades familiares. A terra constitui-se como exploração do

trabalho familiar e não como instrumento de acumulação de capital e sim uma forma de sobrevivência da família.

Os jovens das pequenas cidades apresentam poucas opções de lazer e a ausência do poder público (municipal e estadual) na criação de espaços voltados para a realização de atividades culturais, esportivas e de lazer, acaba deixando os jovens sem atividades sócio-cultural. É importante ressaltar que nesses casos, os espaços lúdicos e de lazer renovam e reafirmam as identidades locais (WEISHEIMER, 2005).

Final de semana eu namoro, vejo TV, vou na missa (moça que trabalha na cidade, faz faculdade)

Até que tem final de semana a gente se reuni, joga bola, se diverte, conversa fala do colégio ...fala a vida da gente aqui (moça que vive no assentamento)

Não gosto muito de saí, as veze fico em casa mesmo...eu gosto de andá a cavalo, eu saio (rapaz que estuda no colégio agrícola)

Eu cuido do serviço da casa, lavo louça, limpo a casa, ajudo a mãe...(moça que estuda no colégio agrícola).

Durante a pesquisa em um dos encontros com os jovens, pedimos que cada grupo formado por até 10, discutissem quais as dificuldades que eles encontram nas propriedades e no município, além de soluções que podem ser realizadas para mudar a situação atual. Aos poucos as falas foram surgindo e percebemos que a realidade dos grupos eram parecida. Neste trabalho feito em dinâmica, procuramos misturar os jovens dos vários municípios para o debate e depois uma apresentação aos demais.

A insuficiência de políticas públicas que garantam o acesso à terra e aos instrumentos de estímulo (assistência técnica, crédito, tecnologia adequada, capacitação, organização da produção voltada para a realidade local), bem como o acesso aos serviços de educação e saúde de boa qualidade e a infraestrutura comunitária de lazer, tem reduzido as perspectivas dos jovens a viverem no meio rural. Além disso, as

dificuldades para viabilizar diferentes alternativas de trabalho e renda no campo (não necessariamente ligadas às atividades agrícolas) aprofundam ainda mais esta situação.

Melhorar os preços dos produtos, reforçar a associação, incentivo na lavoura, desenvolver outros produtos na lavoura diversificada.(grupo 04).

Novas formas de emprego produzir mais mandioca, firma dentro da cidade, mais pessoas trabalhando no laticínio, hortas, frutas, falta de conhecimento para os produtores trabalharem com outras culturas (grupo 05).

Saúde, falta de profissionais de saúde, investir mais na pequena propriedade mais em horta, lixeiras na cidade, e ter mais conhecimento para poder passar para as pessoas que não puderam estar aqui e que não tem muito conhecimento (grupo 1).

Como opção para melhorias, diante das situações em que se encontram muitos, percebemos que apenas com a união dos produtores eles poderão mudar ou começar a mudar a realidade em que se encontram, contudo, existe ainda um grande distanciamento do jovem, ou melhor, da juventude em relação aos processos decisórios, nos diferentes âmbitos de sua vida cotidiana, ou seja, na questão político-administrativa.

Mais aprofundamento do conhecimento em geral, expansão da produção, projeto, união e financiamento (discussão do grupo 06);

Hoje o produtor rural precisa de mais cooperativismo entre eles (discussão do grupo 01);

Melhorá o preço do leite, maior organização das pessoas, maior interesse em fazer cursos e investir na propriedade, ajuda especializada. (discussão do grupo 2).

Modificar eu mesmo para se espelharem (fala de um rapaz do grupo 05)

Ampliar e incentivar os espaços de participação nas decisões dos sindicatos, das associações bem como das cooperativas de produção, de comercialização e de crédito, será uma tarefa complexa para a juventude. Os jovens terão que conquistar esse espaço que só será garantido através da ampla participação dos filhos e filhas de agricultores familiares nessas organizações. Assim acreditamos que a ecosol pode ser o meio pelo qual os jovens possam ampliar suas possibilidades de melhorias para a propriedade.

Numa das entrevistas realizadas, uma das jovens relembrou a formação que teve em ecosol com a campanha que estava passando na televisão a Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que tinha como tema: Economia e Vida e falava da economia solidária.

A participação dos jovens em sindicatos, associações e cooperativas é bem reduzida porque a família em boa parte é representada pelo pai e os jovens acabam sendo excluídos dessas entidades por isso as direções dessas organizações dão pouco valor a sua participação.

É interessante notar que para nós este trabalho foi uma novidade porque é a primeira vez que trabalhamos com jovens sob o aspecto da economia solidária, e percebemos de maneira clara que existe neles o coletivo, por vivenciarem de alguma forma o conjunta talvez não de maneira formal e sim informal apresentam uma grande percepção do coletivo. Fica o desafio para todos que trabalham com a ecosol, em trabalhar e pensar nas formas de inserir a juventude, seja ela urbana ou rural nas políticas públicas.

## 4 ECONOMIA SOLIDÁRIA

O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos. A competição é boa em dois pontos de vista: ela permite que o consumidor escolha o que mais lhe satisfaz pelo menor preço; e que o melhor vença.

Não obstante essas virtudes, a competição na economia tem sido criticada por causa de seus efeitos sociais, ela chama atenção apenas para os vencedores, os perdedores devem continuar tentando competir, para ver se saem melhor da próxima vez. “[...] mas na economia capitalista, o ganhador acumula vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras” (SINGER, 2002, p.08).

Tudo isso explica porque o capitalismo produz desigualdade crescente, uma verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capitais, ganham posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam inempregáveis, o que significa que as derrotas os marcarão tanto que ninguém mais quer empregá-los.

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. Cada um desempenha uma atividade especializada da qual resulta um produto que só tem utilidade quando complementado pelos produtos de outras atividades.

É importante entender que a desigualdade não é natural muito menos a competição generalizada. Elas são resultados da forma como se organiza as atividades econômicas, ou seja, do modo de produção.

Segundo Singer (2000, p. 11), “o capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o trabalho, tornam-se mercadorias, apropriadas privadamente”, já a economia solidária:

[...] é outro modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito á liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por

igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição da renda (SINGER, 2002, p.10).

Várias pesquisas e estudos vêm sendo feitos ao longo dos anos e relatam as experiências de economia solidária no Brasil, na América Latina e no mundo. O debate aponta uma variedade de nomenclaturas, conceitos, experiências de políticas públicas e desenvolvimento humano, social, educacional e político de trabalhadores e trabalhadoras. Alguns autores utilizam diversidades de denominações para o mesmo fenômeno: a economia popular, a economia solidária, a economia popular e solidária e socioeconomia solidária (LARA, 2008).

No Brasil, a economia solidária vem sendo impulsionada a partir de 1980-1990, por várias organizações agregadoras e apoiadoras da sociedade civil e por organizações do poder público que realizam assessoria técnica, formação política e educacional dentre elas destacam-se a Cáritas-Rede Cáritas Internacional, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Agência de Desenvolvimento Social (ADS), Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Federação das Cooperativas de Trabalho (FETRABALHO), conforme aponta Culti (2006).

A partir do I Fórum Social Mundial, em 2001 é que se formou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária<sup>21</sup>, que a partir da sua criação estabeleceu-se a aproximação dos que fazem a economia solidária e a realização de encontros, seminários, feiras, amostras, enfim espaços de debates e elaboração de rumos para nortear, nessa diversidade, os caminhos para a economia solidária.

---

<sup>21</sup> O Fórum é a expressão de interesses e a necessidade de articular a participação nacional e internacional do I FSM favoreceram a composição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro), composto de redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais. Mais informações no site: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br).

Em vários países, inclusive no Brasil, foi criada uma Secretaria especial de economia solidária a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que tem como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) fora do mercado de trabalho.

É claro que a economia solidária não é a única opção de sobrevivência das classes trabalhadoras e das camadas mais pobres e excluídas. O que se observa é que a ajuda mútua é vital a sua sobrevivência.

O conceito de economia solidária se refere a organizações de produtores, consumidores que se diferencia por duas especificidades:

- a. estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e
- b. praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003, p.116).

A propriedade do capital deve estar repartida entre todos os sócios por igual, assim também, terão os mesmos direitos de participar nas decisões e de escolher os responsáveis nos setores administrativos.

Existem várias modalidades de organização solidária: coletivos informais, cooperativas de produção, de consumo solidário ou de serviços; organizações e grupos de crédito solidário e fundos rotativos; grupos e clube de trocas solidárias com uso de moeda social (ou comunitária); recuperação de empresas pela autogestão; estabelecimentos de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, organização econômica de comunidades tradicionais entre outras iniciativas.

A prática da autogestão entende-se como o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisões, que propicia a autonomia de um “coletivo”, ou seja, os próprios trabalhadores administram o

empreendimento por conta própria, eles mesmos geram o negócio que estão fazendo, na mais completa igualdade de direitos de todos os membros.

De acordo com Singer (2003, p.117),

[...] a economia solidária assume, muitas vezes um papel importante de combate ao desemprego e pela inserção social, ao organizar jovens em cooperativas, em alguns lugares chamados de sociais, que desempenham funções antes exercidas por funcionários públicos.

Os empreendimentos de a economia solidária como cooperativas e associações, são hoje não apenas uma forma de sobrevivência do trabalhador, mas uma alternativa concreta a um modo de produção capitalista cada vez mais excludente e socialmente injusto, demonstrando estar ultrapassado.

Para Singer (2002, p.9),

[...] a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar [...] a chave desta proposta é a associação entre iguais, em vez do contrato entre desiguais.

Na crença dessas prerrogativas, defendemos a Economia Solidária como um modo de organização do trabalho estruturado diferentemente do modo de produção capitalista predominante, ela é balizada por princípios coletivistas que, a “longo prazo”, são capazes de gerar a confiança e a lealdade necessárias a formação de uma nova identidade, numa relação de trabalho mais igualitária, solidária e justa.

Neste sentido, os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) têm, por natureza, uma flexibilidade e uma capacidade de adaptação, muito mais aguçadas e adaptadas a um mercado em que a concorrência exista de fato, e não apenas de direito.

Diante desta situação, constata-se a existência de um espaço dentro do mercado, uma economia de mercado que têm vida própria, e é concomitante à economia de mercado capitalista, sendo composta por unidades independentes e responsáveis por um volume significativo de trocas de bens e serviços.

[...] aquela do indivíduo-empresa, onde apenas os mais capazes mereceriam sobreviver [...] diante de oportunidades de emprego regular, cada vez mais restritas, a reprodução da vida de uma parcela crescente da população passa a depender, em maior escala, de uma economia que se alimenta de inúmeras atividades realizadas de forma individual, familiar ou associativa, envolvendo um extenso fluxo de produção e troca de bens e serviços (KRAYCHETE, 2000, p.23).

Ainda para Kraichete (2000), a causa da eficácia e da eficiência dessa outra economia, que tem a coragem de desafiar o modo de produção hegemônico, ao contrário do que o senso comum e a propaganda de alguns serviços de apoio às pequenas e médias empresas defendem, não pode ser creditada a capacidade de seus integrantes em se transformarem em pequenos empresários, mas sim por sua capacidade de gerar postos de trabalho e gerar alguma renda para boa parte da população que não encontram mais lugar no mercado formal de emprego.

A racionalidade dessa economia está ancorada na geração de renda destinada a prover e repor os meios de vida e na utilização dos recursos humanos próprios, englobando unidades de trabalho e não de inversão de capital. Ou seja, baseia-se na lógica da necessidade, expressando o reverso da lógica do capital, que desloca trabalhadores e fecha oportunidades de trabalho (KRAYCHETE, 2000, p.35).

A Economia Solidária pode representar uma alternativa, um outro modo de se orientar a economia, de tal sorte que o social seja o objeto desta, e não seu mero apêndice. A importância que os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) vêm conquistando, buscando um marco legal que lhes permitam atuar de forma mais justa na busca de seu espaço, demonstra que grande parcela da população trabalhadora, quando organizada e tendo acesso aos meios de obterem formação e informação, podem desenvolver e ampliar um modo de produção que atenda aos requisitos de qualidade, produtividade e eficiência econômica, sem abrir mão de uma lógica de justiça social e valorização dos saberes do trabalhador. Práticas como a autogestão podem devolver ao trabalhador individual ou coletivo, a posse e o uso dos meios de produção, que a divisão

do trabalho criada pelo capitalismo tirou. A ecosol pode ser a semente de um sistema econômico que resgate a oikonomia (a arte de gerir a casa).

Sem desconhecer os processos de submissão à reprodução do capital, pode-se afirmar que, face ao aprofundamento da insuficiência da economia capitalista em absorver parcelas crescentes da população como mão de obra assalariada, esse segmento da economia deve se constituir num refúgio de uma parte cada vez maior da população economicamente ativa. É nos interstícios dessa economia de mercado que vem ocorrendo a reprodução da vida de uma parcela crescente da população (KRAYCHETE, 2000, p.35).

Os EES oferecem uma alternativa a outra dimensão da reprodução da vida social e econômica de uma grande parcela de cidadãos que têm a chance de viver (e não apenas sobreviver) com dignidade. Ao valorizar e acreditar que o trabalho, apesar de sua origem etimológica (tripalium, instrumento de tortura), justaposto a capacidade criativa do trabalhador em todos os sentidos (inclusive o gerencial) pode ser resgatada, a economia solidária lança as bases de uma sociedade mais justa, não direcionada para um consumismo desenfreado e que faz com que se classifiquem as pessoas em consumidores e os "outros". A lógica que orienta os EES é a lógica da evolução da qualidade de vida do ser humano, do trabalho digno, significativo e da convivência possível entre os diferentes, em contraposição a um paradigma de individualismo e competição que o modo de produção capitalista hegemônico inculcou em várias gerações de trabalhadores. Levy (2003) relatando questões relacionadas a mobilidade e a aceleração dos fluxos produtivos, diz que os trabalhadores comuns, aqueles que não conduzem esses processos, vivem à beira da exclusão, arriscando-se a saltar para fora: "esse novo proletariado só se emancipará pela união"(LEVY,2003, p.45).

Coraggio (2003) propõe uma Economia do Trabalho por estar centrado na capacidade dos trabalhadores e não na lógica da reprodução do capital ou do poder político. Um sistema mais amplo, com forte componente associativo de solidariedade da classe trabalhadora, ou seja,

[...] não estamos falando aqui dos pobres, nós estamos falando dos trabalhadores e de suas células de organização doméstica [...] de

trabalhadores num sentido muito amplo, não estamos limitados aos operários, estamos falando de qualquer trabalhador, até mesmo os intelectuais.

Para Coraggio, diferentemente da empresa capitalista, que remove trabalhadores e diminuem as oportunidades de trabalho, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está ligada as necessidades da reprodução da vida da unidade familiar, ao contrário das empresas que — na busca do lucro, da competitividade e da produtividade — dispensam trabalhadores, os integrantes dos empreendimentos econômicos populares não podem despedir os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno.

As iniciativas de economia solidária têm como denominador comum a igualdade de direitos de todos os sócios sobre a associação ou cooperativa, o que envolve a autogestão, ou seja, a participação democrática de cada um nas tomadas de decisões.

A economia solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital, além disso “promove a difusão do consumo consciente, ético e solidário e leva a sociedade a perceber que o ato de consumir não é apenas uma questão de “gosto”, mas também ato ético e político” (I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PARANÁ, 2006, p. 08).

Para que a sociedade em que vivemos não mergulhe num caos de injustiça e miséria, será necessário um outro modo de organizá-la economicamente. Para isso a economia deve resgatar seu papel social, promovendo uma distribuição de riqueza com mais igualdade e justa, resgatando os valores da solidariedade e da justiça social.

A solidariedade na economia só pode se efetivar se houver igualdade entre todos os participantes do processo. Tanto aquele que produz, quanto o que comercializa, consome, são sujeitos da economia. A desigualdade é a fonte que alimenta o egoísmo e a ganância, base que sustenta o modo de produção capitalista.

O crescimento do desemprego e da pobreza impulsionou a criação de novos empreendimentos como instrumentos de luta contra a exclusão, numa tentativa de

resposta as novas necessidades. Em razão desta situação, surge uma alternativa a uma nova forma de economia social: a economia solidária, que visa uma globalização mais humana, um desenvolvimento sustentável, com justiça social e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos do mundo, através de uma relação de respeito e preservação do meio ambiente, valorização do trabalho e qualidade de vida.

Para fazer emergir essa economia solidária, é preciso que sejamos primeiro e antes de tudo, agentes de mudança e para isso é preciso que os grupos assumam o papel que lhes foi encarregado, individual e coletivamente. Para isso é necessário romper com o isolamento, criar condições para uma verdadeira tomada de consciência de que não basta buscar solução para os problemas imediatos que são os seus e que é necessário situar suas iniciativas de economia solidária num projeto de desenvolvimento integral, capaz de transformar sua qualidade de vida e assim contribuir para o processo de mudança de toda a sociedade.

O desafio está justamente de acordo com Coraggio (2003) citado por Lara (2000), na reorganização da sociedade, do Estado e das relações entre sociedade e Estado, por isso esta contínua desvalorização das capacidades humanas. Não se trata apenas de uma questão econômica e sim de uma luta cultural porque de acordo com a lógica do capital tudo tem que ser transformado em mercadoria, não apenas o trabalho é vendido como mercadoria e sim a saúde, a previdência, a educação, as eleições presidenciais, daí o desafio da reorganização da sociedade.

#### **4.1 A Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local**

A economia solidária é uma nova forma de organização e de produção da sociedade, uma rede de iniciativas no campo popular que emerge como resposta a grave crise social que se propõe a adotar a equidade e a solidariedade como princípios norteadores das relações econômicas. Ela não é apenas uma resposta provisória e reação

a uma situação, a proposta de desenvolvimento a partir da economia solidária apresenta alternativas, como perspectivas de desenvolvimento econômico e social baseado em novos valores culturais e em novas práticas de trabalho e de relação social.

Para Araujo e Silva (2005) o Estado brasileiro historicamente não cumpriu sua função distributiva e não dirigiu a economia nacional na direção da inclusão social. Até a década de 1970 esperava-se que o desenvolvimento das potências produtivas e a industrialização trariam espontaneamente a redistribuição de renda e a inclusão dos homens ao mundo do assalariamento, contudo,

A partir da década de 1980 ficava claro que era possível conjugar crescimento econômico e aumento das desigualdades sociais; era então necessário formular estratégias de desenvolvimento com inclusão social. Para tal finalidade a Constituição de 1988 preconizou a montagem de um complexo sistema de proteção e participação social que amadurece e se consolida, mesmo que em sentidos contraditórios desde então (ARAÚJO, SILVA, p. 29, 2005).

Percebe-se depois de uma década as dificuldades que o Estado tem que promover tanto desenvolvimento quanto distribuição de renda e inclusão social. Segundo Araújo e Silva, (2005) é visível que o poder público, com baixa capacidade de gestão e condução de políticas, opta invariavelmente por descentralizar suas ações, muitas vezes responsabilizando-se suas atribuições, outras vezes apoiando-se em instituições da sociedade civil a partir de soluções conjunturais, sem proporcionar parâmetros gerais para a convergência das múltiplas ações que fomenta ou financia.

A idéia de que a economia solidária pode ser usada como estratégia de desenvolvimento local não é compreendê-la como instrumento de amenização das crises de emprego formal procedentes da inconstância da economia capitalista nos últimos 30 anos, “mas como uma alternativa de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente sustentável” (IBAM, 2004, p. 07).

A ecosol propõe um desenvolvimento econômico e não apenas crescimento e sim melhorias das condições sócias, econômicas do cidadão. Ela não pode ser confundida com filantropia, ou caridade, porque estas têm como objetivo somente

amenizar a situação já existente. Diferente da ecosol que busca a emancipação do indivíduo em pensar sobre e como construir a sociedade que almejam.

Para Singer (2004) o desenvolvimento é um processo de promover novas forças produtivas e de instalação de novas relações de produção,

[...] de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma (SINGER, 2004, p. 01).

Esse possível desenvolvimento está em fase e processo de construção coletiva e para isso é preciso que deixemos de acreditar em algumas coisas que segundo Coraggio (2003) a) o sistema capitalista se reative que volte a incorporar as pessoas; b) não fiquemos apenas com as ideias, mas que recuperemos a história, ou seja, que possamos registrar e sistematizar, criticamente, as experiências históricas atuais que estão acontecendo. Não se trata de uma opção, algo voluntário, mas é uma necessidade, porque nós não temos alternativa.

Algumas experiências latino-americanas, a economia solidária está evoluindo da sua condição de “salva-vidas” para desenvolvimento gerador de trabalho e renda, dinâmico e autossustentável, em que se verifica a transformação de iniciativas de subsistência em empreendimentos com níveis de geração de excedentes que permitem seu crescimento endógeno, autossustentado, através do reforço da cooperação no trabalho e através de uma racionalidade econômica própria.

O desenvolvimento, para Singer (2004, p. 05) é o desenvolvimento comunitário feito pela e para toda a comunidade, não estimulando o “empreendedorismo” individual que traz a comunidade divisão em ganhadores e perdedores. O desenvolvimento comunitário envolve todos pela ajuda mútua, sendo a posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição pertencer a todos seus membros da comunidade. Preserva-se a preferência dos membros, ou seja, a autonomia de produtores individuais ou familiares. “Mas, os grandes meios de produção – silos ou armazéns, frotas de

veículos, edificações e equipamentos para processamento industrial, redes de distribuição de energia etc. – têm de ser coletivos”.

As experiências relatam as mudanças nas relações de trabalho e nos valores individuais das sociedades capitalistas e os empreendimentos econômicos solidários mostram que além dos ganhos econômicos para seus participantes mostrar os ganhos não materiais, tais como, aumento da autoestima, capacitação, exercício da cidadania e participação política advindo dessas experiências além da (re) construção da identidade.

Para Coraggio (2003):

Nós precisamos mudar com bons argumentos e precisamos justificar a necessidade e a possibilidade da mudança, com a utilização de teorias e de sistematização de experiências históricas ou atuais. Nós precisamos também possuir projetos nos quais se possa acreditar e programas de ações mobilizadoras para o setor ou para a totalidade; para fazer a mudança, nós precisamos de projetos e programas que tenham credibilidade e que demonstrem sua viabilidade.

Este desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico e deve abranger as relações entre as pessoas, a organização do trabalho, resgatar a dimensão humana na produção, na comercialização e no consumo. O desenvolvimento proposto envolve o social, o cultural, o político e o afetivo a partir do local, do espaço territorial e também do desenvolvimento sustentável. Contrapondo à visão dos que pregam que os mais fortes sobrevivem e que sobrevivem a partir de práticas e relações competitivas e individualistas, segundo (OLIVEIRA, 2007).

É preciso compreender que as políticas públicas para o segmento fazem parte de um cenário recente em construção no país, o movimento da economia solidária começa sua articulação durante o Fórum Social Mundial, no final da década de 1990, diferente do movimento social de luta pela terra que tem décadas de organização.

O que se observa é que, até o presente momento, os avanços foram acanhados, e que não colocam a economia solidária na centralidade das políticas pública conforme relata Praxedes (2009) que nos exemplifica algumas ações como as longas e várias

tentativas para aprovação de um texto final e encaminhamento de votação da nova lei para o cooperativismo, ainda não votada, pois, a que está em vigor no país data de 1971. Além da lei do cooperativismo outra proposta de lei está em tentativas de aprovação é a Lei nº 8.666, responsável pela licitação que não privilegia o acesso da economia de base local nas compras públicas.

Para Schwengber (2004), a economia solidária (ecosol) por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público-alvo que historicamente tem ficado excluído ou que vem gradualmente expandindo os graus de pobreza e exclusão social, esta política exige ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar uma totalidade propulsora da emancipação e sustentabilidade.

Ainda segunda a autora é preciso estruturar uma política que permita o acesso múltiplo e em etapas aos seus instrumentos e mecanismos, alcançando espaços cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento e pertencimento social, por se tratar de uma diversidade de sujeitos e demandas, além do que são necessárias políticas que causem a redistribuição de renda, bens e recursos, que promovam acessos aos direitos sociais e que avancem no desenvolvimento econômico.

[...] as políticas de fomento à economia popular solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste setor, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas no país. Nessa direção, o controle social das políticas públicas é questão de princípio e deve ser processual e permanente (SCHWENGBER, 2004, p. 02).

A possibilidade de planejar estratégias de desenvolvimento proporciona aos agentes econômicos e sociais uma capacidade maior de se estruturarem em um ambiente mais confiável e estável. Faz parte das ações de fomento as políticas públicas voltadas a economia solidária pelo menos uns dos objetivos abaixo segundo (SCHWENGBER, 2004, p. 02):

Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna; Contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia; Contribuir para a promoção a ampliação das oportunidades e a melhoria das condições de trabalho e renda; Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia popular solidária; Contribuir para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental; Contribuir para dar visibilidade e ampliar a legitimidade da economia popular solidária; Criar mecanismos legais que viabilizem o acesso da economia popular solidária aos instrumentos de fomento; Promover a integração e a intersetorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado; Fortalecer e estimular a organização e participação social e política dos trabalhadores da economia popular solidária.

Para que a ecosol seja difundida é preciso levar em conta que a divulgação do conceito de economia solidária é um processo lento e que ela precisa de instrumentos apropriados como a formação e capacitação; assessoria e assistência técnica para a formação e consolidação do EES; desenvolvimento e acesso a tecnologias adequadas, respeitando a identidade local; acesso a crédito e financiamento; marco legal e regulatório adequado ao setor entre outros.

Para Singer (2009) a política mais importante para institucionalizar a economia solidária no governo federal é a de formação em economia solidária, que era quase inteiramente desconhecida no âmbito do governo, inclusive no MTE. A SENAES desde o início ofereceu cursos de economia solidária a servidores do governo federal, não apenas em Brasília, mas também nos órgãos localizados nos estados da federação.

O resultado tem sido que a SENAES foi convidada a fazer parcerias com 22 ministérios em programas comuns de resgate social de populações marginalizadas por meio do fomento de empreendimentos de economia solidária. [...] cursos de economia solidária também foram e continuam sendo dados a servidores de governos municipais e estaduais, que contribuem não só para que as políticas de fomento da economia solidária nestes níveis de governo ganhem em qualidade, mas que em outros estados e municípios surjam anseios de que também neles os governos institucionalizem políticas de economia solidária (SINGER, 2009, p. 44).

A formação e capacitação em economia solidária também busca resgatar a autoestima do trabalhador, através da construção de conhecimentos voltados para a valorização dos potenciais empreendedores do trabalho solidário e da cooperação, contribuindo para formar uma mentalidade prática de cooperação e de compreensão da inter-relação entre Estado, mercado, redes solidárias e sociedade civil, particularmente no que se refere ao desenvolvimento local além de desenvolver habilidades profissionais necessárias para a condução de empreendimentos econômicos numa lógica solidária, incluindo saberes na área da produção, gerenciamento, comercialização, estratégias de formação de redes solidárias, conhecimento de demanda, estrutura de custos, logística de distribuição (IBAM, 2003).

Outra política vem sendo realizada junto a SENAES como o Brasil Local, que visa o desenvolvimento endógeno de comunidades mais necessitadas mediante a ação de agentes de desenvolvimento solidário, que são membros das comunidades, escolhidos por elas para se dedicarem à organização de EES com o objetivo de melhorar a diversificação e a ampliação da economia local (SINGER, 2009, p. 45).

De acordo com a própria Secretaria Nacional de Economia Solidária a equipe do Brasil Local<sup>22</sup> é formada por uma coordenação nacional, coordenadores estaduais e agentes de desenvolvimento. O objetivo do Projeto “é articular iniciativas que viabilizem o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários”. Os Agentes são escolhidos pelas próprias comunidades, participam de capacitação em economia solidária prestada pelo governo federal e atuam como interlocutores dos grupos produtivos.

O Estado brasileiro não tem uma tradição de dialogar com a comunidade aonde vai atuar, para que ela participe da construção da política que vai receber, de acordo com (MANETTI, 2008, p. 49):

---

<sup>22</sup> Ao todo, o Brasil Local conta com 510 Agentes, presentes nos 26 estados e no Distrito Federal. O papel do Agente é identificar potencialidades e dificuldades enfrentadas pelos pequenos empreendedores. Depois de fazer um diagnóstico técnico sobre o empreendimento, o Agente busca soluções por meio da constituição de parcerias. Feito isso, ele acompanha a evolução do empreendimento, emitindo relatórios mensais ao coordenador do seu Estado. Informações retiradas do site [www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_promocao\\_brasil](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_promocao_brasil).

[...] a cultura do Estado é elaborada de fora para dentro e de cima para baixo. Normalmente, especialistas com grande capacidade elaboram as soluções para os problemas das comunidades a partir de um olhar externo, e as soluções propostas são executadas também a partir de intervenções de atores externos à comunidade. Ao povo, resta apenas, se adaptar às ações propostas. E quando a política não dá certo, o problema foi das pessoas que não conseguiram se aproveitar dela e não da política.

Dessa forma a ecosol visa diminuir estas distâncias entre Estado e comunidade, dialogando com a vida real dos beneficiários das suas ações, o que não é uma tarefa fácil de romper já que temos a cultura instituída historicamente na estrutura do Estado.

Um último exemplo de política pública são os consórcios<sup>23</sup> intermunicipais, espaços institucionais capazes de articular interesses de agentes econômicos e agentes políticos e sociais diversos em torno de um determinado tema ou de determinada questão que diga respeito ao desenvolvimento econômico local, neste caso local, como sinônimo deste novo território criado pelo consórcio. Por meio deste consórcio, cria-se um colegiado, um plano e uma infinidade de projetos territoriais (RIBEIRO, 2008).

Aqui na região estudada, temos exemplo do consórcio intermunicipal o CONSAD que faz parte da estratégia do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no âmbito do Programa FOME ZERO, que visa o fortalecimento e ampliação das ações de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento local nas áreas de maior necessidade no país.

Nas próximas páginas relatamos algumas iniciativas que estão sendo desenvolvidas na região, bem como parte deste trabalho como estratégia de ações voltada para a construção de bases sólidas que permitam às populações locais buscarem alternativas de geração de trabalho e renda e assim construir a sociedade que almejam.

---

<sup>23</sup> O consórcio é a entidade social, econômica, e política concreta que articula diferentes grupos de poder. O processo político-econômico de criação de consórcios afeta diretamente o potencial dos projetos de desenvolvimento. A consorciação significa que os projetos reforçam a competição e a concentração de capital e poder entre firmas capitalistas; ela facilita o processo de concentração de capital e poder eliminando competidores mais fracos e cooptando alguns poucos selecionados (RIBEIRO, 2008, p.115).

#### **4.1.1 A ecosol no Paraná e na Região CONSAD ENTRE RIOS**

A economia solidária no Brasil vem ganhando força nas últimas três décadas, por conta das mudanças macroeconômicas<sup>24</sup> ocorridas em especial no período compreendido entre os anos 1980 e 1990, dessa forma o país aprendeu a conviver com duas realidades díspares; a falta instabilidade e a estabilidade. A possibilidade de planejar estratégias de desenvolvimento proporcionou aos agentes econômicos e sociais uma capacidade maior de estruturarem-se em um ambiente mais confiável e estável.

Com a criação da SENAES em 2003, e por meio desta, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, tem a finalidade de promover empreendimentos com vistas no desenvolvimento mediante a geração de trabalho e renda com inclusão social. Entre as ações desenvolvidas pelo Programa estão o “mapeamento que tem como objetivos proporcionar visibilidade à economia solidária e oferecer subsídios aos processos de formulação de políticas públicas”. A finalidade dessa base de dados é localizar e caracterizar os empreendimentos de economia solidária em todo território nacional (IPARDES, 2008).

O mapeamento no Brasil começou a tomar forma concreta ao final 2003, com a criação da SENAES e de acordo com concepções básicas orientadoras sobre a Economia Solidária o mapeamento foi organizado de forma a auxiliar as pesquisas envolvendo questões relacionadas a: identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental. (BRASIL, 2006).

Através do mapeamento foi produzido um Atlas da Economia Solidária que mostrou no país um total de 22 mil EESs, que associavam cerca de 1,7 milhão de pessoas e movimentavam anualmente cerca de R\$ 6 bilhões.

---

<sup>24</sup> Mudanças marcadas em 1980 pela forte pressão inflacionária, estagnação econômica, abertura do mercado nacional, derrubada de algumas barreiras, entrada de produtos estrangeiros e renovação da indústria automobilística e os anos 2000, com o controle da inflação, estabilidade econômica, fim da correção monetária.

Para Singer, 2009, pg.03, estes “dados como estes permitem avaliar o tamanho e o peso econômico e social da economia solidária no Brasil em 2007, o que facilita a divulgação da outra economia como parte integrante da realidade brasileira”.

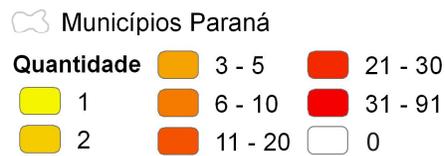
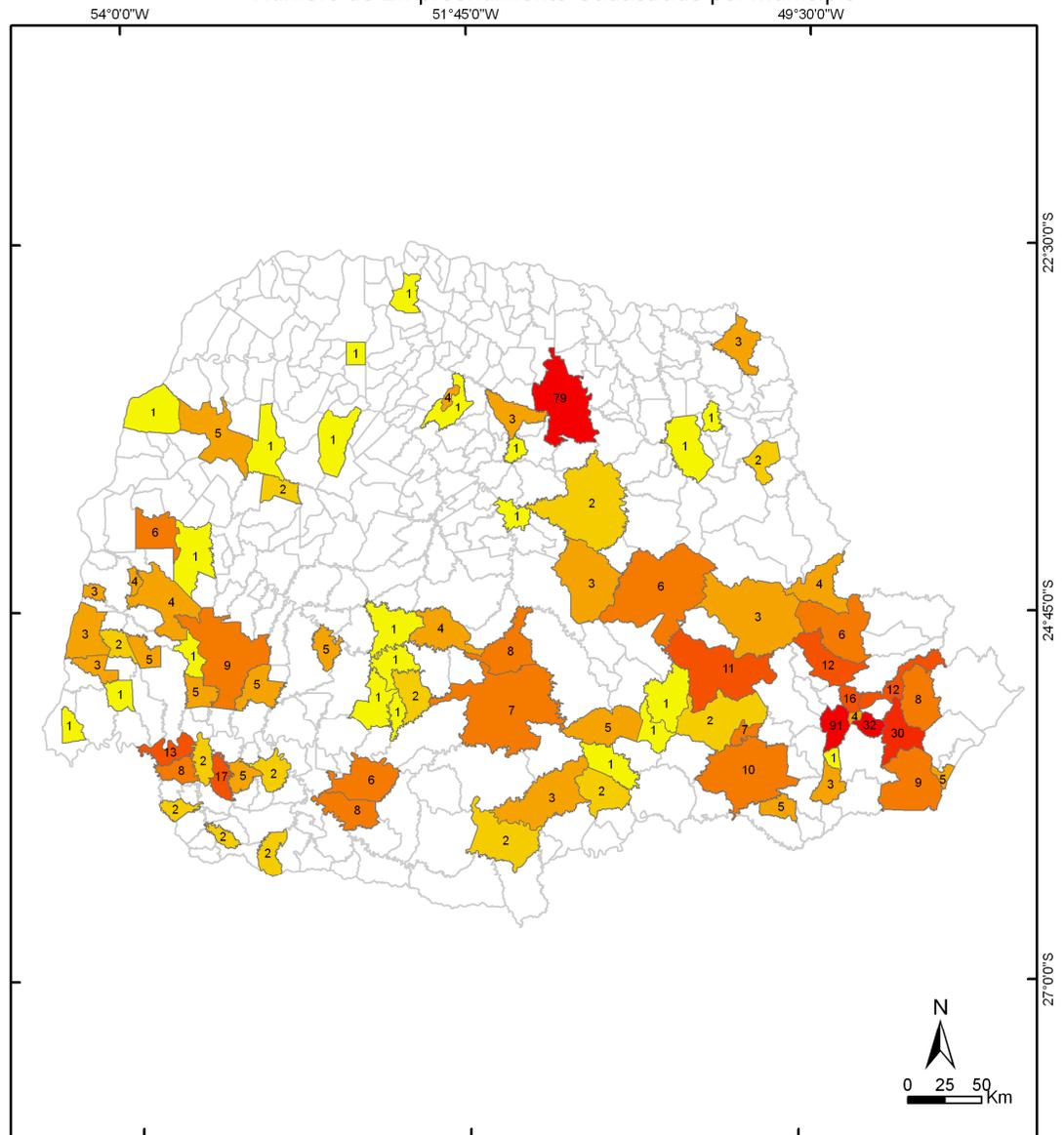
Por meio do mapeamento é possível realizar uma ampla campanha de divulgação do que é economia solidária e mostrar as outras pessoas e grupos que realizam atividades em conjunto e partilham os resultados de que fazem parte da economia solidária.

Ainda de acordo com o secretário da SENAES, 2009 o mapeamento da economia solidária brasileira ajuda a divulgação da economia solidária em outros países como Argentina, Canadá, Alemanha e Áustria onde já começaram o mapeamento da economia solidária ainda em plano piloto.

No Brasil foram identificados 14.954 EES em 2.274 municípios (41% dos municípios brasileiros) dessa maneira podemos considerar de acordo com a distribuição territorial, “há uma maior concentração dos EES na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-Oeste e 17% na região Sul”, (Brasil, 2006, pg.15).

No Paraná, tem como base os dados levantados nos trabalhos de campo desenvolvidos nos anos de 2005 e 2007, em que foram identificados e cadastrados 808 EES em 143 municípios, ou seja, estão presentes em um pouco mais de um terço do total dos municípios no Estado, conforme podemos verificar no Mapa 3.

Mapeamento da Economia Solidária no Paraná, 2007  
 Número de Empreendimento Cadastrado por Município



Base cartográfico  
 ITCG  
 Fonte:  
 Min. do Trabalho e Emprego  
 Sec. Nac. Economia Solidária  
 Projeção Cartográfica  
 UTM - SAD 69 Fuso 22 S  
 Org. Cintia Natacha, 2010

Mapa 3- Número de empreendimentos mapeados no Paraná  
 Fonte: MTE /SENAES/SIES, 2007.

Nota-se que há concentração de EES nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e no município de Londrina (norte central), que representam também as áreas dos grandes aglomerados urbanos no Paraná. Verifica-se também que boa parte dos EES estão localizados de forma expressiva nos municípios do sudoeste e do litoral paranaenses. Na região norte paranaense, o município de Maringá e seu entorno (Sarandi, Mandaguaçu, Paiçandu e Marialva) agregam 18 empreendimentos cadastrados.

Tabela 5- Número de empreendimentos por Mesorregião no Paraná

MESORREGIÃO	QUANTIDADE
Noroeste	21
Centro Ocidental	18
Norte Central	110
Norte Pioneiro	15
Centro Oriental	31
Oeste	90
Sudoeste	123
Centro-Sul	33
Sudeste	45
Curitiba	322
Total	808

Fonte: MTE/SENAES/SIES, 2007. Elaboração: TAKAHASHI, 2010.

Quanto à área de atuação (Gráfico 6) a classificação dos empreendimentos como rurais, caso a atividade econômica se restringisse a área rural; e como urbanos, se a atividade econômica fosse desenvolvida exclusivamente na área urbana ou na sede do município e mista (rural e urbana) para casos em que o empreendimento apresentasse atuação na área rural em conjunto com atividades nas áreas urbanas, como é o caso do beneficiamento de produtos de origem animal ou vegetal. Como exemplos dessa alternativa, têm-se os empreendimentos cuja produção ocorre em estabelecimentos agropecuários, porém a unidade de beneficiamento localiza-se na sede do município ou no distrito municipal. Segundo o (IPARDES, 2008, p. 5), a parcela mais expressiva dos empreendimentos cadastrados tem atuação na área urbana (379 EES), e os demais, na

área rural (264 EES). Verificou-se também um número significativo de empreendimentos nas área urbana e rural (163 EES).

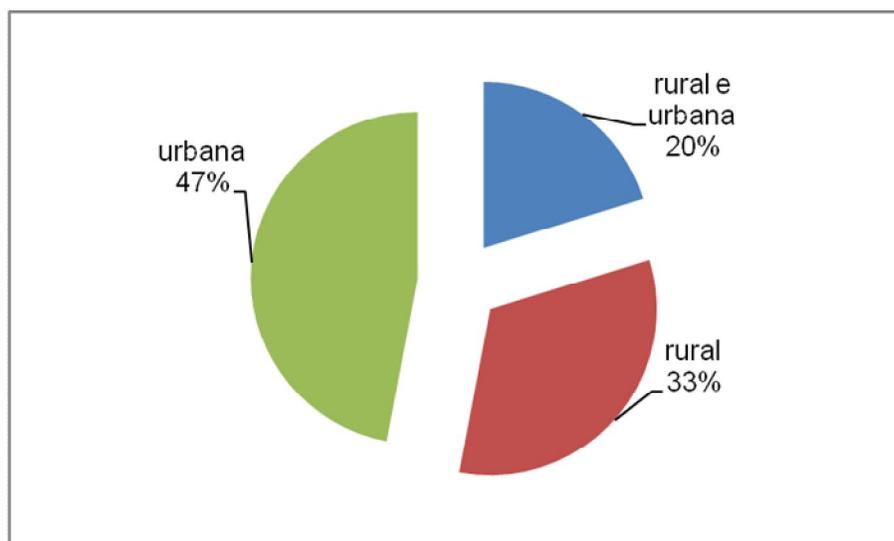


Gráfico 6- Área de Atuação dos empreendimentos econômicos solidários no Paraná  
Fonte: MTE/SENAES/SIES. Elaboração: IPARDES, 2008.

Na região noroeste do estado ainda há um longo caminho a percorrer tendo em vista que foram poucos os EES identificados e cadastrados principalmente na divulgação do que é a Economia Solidária. Neste contexto, na região noroeste e em especial a região estudada, esforça-se para entrar em uma nova fase de progresso econômico, social e de desenvolvimento local em suas diversas nuances.

Algumas ações estão sendo desenvolvidas para diminuir a dispersão populacional a fim de minimizar o êxodo territorial ocorrido nos últimos 30 anos. Em uma região predominantemente caracterizada pela atividade rural, uma das grandes preocupações das políticas públicas diz respeito ao forte êxodo, principalmente das populações mais jovens e com um enorme potencial de desenvolvimento de iniciativas de desenvolvimento local.

A intensa modernização e desenvolvimentos do Estado caracterizam-se pela mudança da sua base produtiva, através da sua modernização e incremento de tecnologia. Por outro lado, verifica-se uma tendência à concentração em alguns polos regionais que define contornos de disparidade tanto entre regiões como internamente às mesmas.

Como resultado deste movimento verifica-se que a distribuição da população se dá de acordo com as demandas dos vários mercados que daí resulta, tanto de trabalho, como de produção, consumo, etc. Algumas espacialidades se adensam, em oposição a muitas outras, que se esvaziam.

O grande desafio é fomentar um desenvolvimento socialmente mais equilibrado, evitando a desagregação social, partindo da premissa de que a só através da inclusão de amplos segmentos da população, de forma digna, nos processos produtivos e de consumo, bem como o controle e recuperação das condições ambientais, será possível se desenvolver a região de uma forma justa e sustentável.

O papel do Estado se faz de suma importância neste processo, como agente criador e implementador de uma gestão pública comprometida em fazer das políticas sociais um instrumento de correção das desigualdades pode trazer efeitos progressivos para a população e para a economia, considerando que ao elevar o patamar de vida da sociedade também são construídas condições para uma inserção mais competitiva (IPARDES, 2004)

A gestão pública consiste na realização de políticas e, portanto, está impregnada da oportunidade de direcionar e potencializar o desenvolvimento.

No âmbito social e do desenvolvimento percebe-se a relevância dos Arranjos Produtivos- APL, CONSAD e da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários - UNITRABALHO/CAU - UEM.

Por outro lado, convive-se com o avanço de iniciativas relacionadas ao agronegócio e a monocultura das *commodities*, (cana de açúcar, soja, etc.) que promovem, por um lado, um incremento de arrecadação e concentração de renda, e por outro o empobrecimento do solo e contribuindo para o aumento do fenômeno do êxodo rural territorial.

Arranjo Produtivo Local - APL<sup>25</sup> é o termo que se usa para definir uma aglomeração de empresas com a mesma especialização produtiva e que se localiza em um mesmo espaço geográfico. Os APL's têm um papel fundamental no desenvolvimento econômico, social e tecnológico de uma região, beneficiando todas as empresas e engajando comunidades locais, centros de tecnologia e pesquisa, instituições de ensino e entidades públicas ou privadas. Tudo isso possibilita a geração de maior competência as empresas, maior competitividade e inserção em novos mercados, inclusive externos. As empresas instaladas em Apelos exercem o aprendizado coletivo, a troca de informações, a eficiência coletiva e o aumento da competitividade.

Os APL's na região noroeste paranaense diversificam-se em diversos seguimentos como na região de Campo Mourão com instrumentos médicos/odontológicos que segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), gera cerca de 152 empregos diretos; Paranavaí com os derivados de mandioca organizado no ano de 2002 com o apoio do Sistema FIEP, o Arranjo Produtivo Local de Paranavaí e cidades vizinhas atua com 80 indústrias no setor de mandioca e derivados, gerando cerca de 15 mil postos de trabalhos; Cianorte / Maringá no ramo da confecção, atua com cerca de 1650 indústrias no setor de vestuário, gerando 20 mil empregos diretos e indiretos.

Outra política pública que vem sendo praticada na região é o CONSAD, que por meio deste possibilita a captação de recursos não reembolsáveis para projetos na região a fim de dinamizar a economia, através do fomento ao Desenvolvimento Local, criando condições para que as carências e necessidades transformem se em incentivo ao empreendedorismo local e a fixação da renda nesta região, dentre eles<sup>26</sup> podemos citar:

---

<sup>25</sup> Os APL's mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si, contando também com apoio de instituições locais como Governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

<sup>26</sup> Todas as informações dos projetos captados foram disponibilizadas através do Informativo CONSAD ENTRE RIOS, Fevereiro/2009.

1. Laticínio de São Manoel do Paraná: COOPLESMAR - Formação da Cooperativa de Produtores de Leite, com o objetivo de organizar e administrar o Laticínio de São Manoel do Paraná: COOPLESMAR. Convênio Prefeitura Municipal de São Manoel do Paraná com MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Valor R\$ 65.678,00, destinado para conclusão do Laticínio instalado no município de São Manoel do Paraná, com abrangência de mais quatro municípios: Indianópolis, São Tomé, Japurá e Rondon.

2. Indústria de Polpas de Frutas de Douradina - Formação da Cooperativa de Produtores de Frutas, com objetivo de organizar a produção, e administrar a Indústria de Polpas de Frutas de Douradina: COOPERFRUTER. Convênio Prefeitura Municipal de Douradina com MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) – Valor R\$ 110.400,00, para conclusão da Indústria de Polpas de Frutas instalada no município de Douradina, com abrangência de mais sete municípios: Maria Helena, Nova Olímpia, Cidade Gaúcha, Ivaté, Tapira, Icaraíma, Alto Paraíso.

3. Laticínio e uma Unidade de Resfriamento de Leite - Convênio Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínio com MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) – R\$ 291.000,00, para instalação de um Laticínio e uma Unidade de Resfriamento de Leite, em fase de instalação no município de São Jorge do Patrocínio, com abrangência de mais sete municípios: Esperança Nova, Pérola, Xambrê, Cafezal do Sul, Espora, Francisco Alves e Altônia. Formação da Cooperativa de Produtores de Leite, com objetivo de organizar e administrar o Laticínio e uma Unidade de Resfriamento de Leite em São Jorge do Patrocínio: COPELER.

4. Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável convênio ITAM (Instituto de Tecnologia Agropecuária de Maringá) com MDA – valor R\$ 90.000,00 com objetivo de capacitar os Conselheiros do CMDR e CONSEA, e elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável, e capacitar os membros da Câmara Temática da Agricultura do CONSAD ENTRE RIOS.

5. Convênio UNITRABALHO com o MDS – Valor R\$ 133.000,00 com objetivo de capacitar a Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, dos

municípios de Cruzeiro do Oeste e Umuarama e capacitar produtores de frutas dos municípios de Umuarama e Cruzeiro do Oeste.

6. Projeto Profissional Cidadão-convênio Fundação Araucária com MDA para contratação de 07 Engenheiros Agrônomos para atuar na região do CONSAD ENTRE RIOS, (Projeto Profissional Cidadão) em parceria com a EMATER-PR, Secretaria Estadual de Ensino Superior/MDA.

7. Participação do Encontro Regional dos Consad, região sul em setembro/2006, e Encontro Nacional dos Consad em janeiro/2007.

8. Criação do Fórum de Secretários Municipais da Agricultura e do Meio Ambiente do CONSAD ENTRE RIOS;

9. Minibibliotecas da Embrapa para todas as escolas municipais e estaduais interessadas;

10. Viabilização junto a CONAB para realização do curso PAANET (Programa de Aquisição de Alimentos via Internet)

Além destes projetos citados outros foram aprovados por meio do trabalho da Incubadora admissível através do fomento às iniciativas de economia solidária, pelo Governo Federal, nesse caso, através de recursos não reembolsáveis financiados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), com o projeto do Núcleo Local da Unitrabalho/UEM para o campus de Umuarama-CAU/UEM: “Incubação de Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários”, que contou na época com a parceria de algumas prefeituras locais.

1. Incubar Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários:

No dia 21 março de 2006 foi inaugurada no Campus Avançado de Umuarama (CAU) a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES), inicialmente incubada pelo Núcleo Local UNITRABALHO/UEM. A IEES veio para atender e colaborar na demanda de tecnologia social do território CONSAD ENTRE RIOS, composto por 33 municípios, localizado na região noroeste do Paraná. Em seu primeiro

ano a IEES concentrou suas atividades em quatro empreendimentos, dois na área de agricultura familiar e dois na área urbana (resíduos sólidos). Esses empreendimentos estão localizados em três municípios (Umuarama, Cruzeiro do Oeste e Tapejara). Uma Cooperativa de Produtores de Leite foi fundada em novembro de 2006 abrangendo os municípios de Tapejara e Cruzeiro do Oeste, sob Incubação do IEES/CAU e Núcleo Local UNITRABALHO/UEM. Projeto financiado pela FINEP – Fundação dezembro/2005 a março/2007.

2. Capacitação de agentes multiplicadores e beneficiários em aproveitamento integral de alimentos no Território CONSAD ENTRE RIOS:

Membros da IEES/CAU/UEM, Cáritas e Prefeitura de Umuarama aprovaram um projeto área de Segurança Alimentar por meio do edital SESAN/MDS - 07/2007. O projeto abrangerá os 33 municípios do Território e irá Capacitar agentes sociais em aproveitamento integral de alimentos para promover a segurança alimentar e nutricional em escolas municipais, creches, asilos, orfanatos e de pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família no Território CONSAD ENTRE RIOS.

3. Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários em Municípios pertencentes ao Território CONSAD ENTRE RIOS:

Objetivo consolidar os empreendimentos econômicos solidários já organizados e incubar novos grupos de trabalhadores para formação de empreendimentos econômicos solidários que possam ser direcionados para as ações de planejamento do desenvolvimento local sustentável e segurança alimentar e nutricional. O projeto foi aprovado por meio da encomenda Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, com recurso do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. A execução deste projeto está prevista para início de 2009.

4. Alternativas de Aproveitamento de Efluentes Como Inovação Tecnológica em Laticínios: Uma Proposta Para a Região de Entre Rios - Noroeste do Paraná

A presente proposta de trabalho se insere dentro da modalidade de inovação tecnológica em pequenos e médios empreendimentos de laticínios processadores de leite da região geopolítica de Entre Rios no noroeste do Paraná que conta com 14 laticínios.

O trabalho tem como foco principal propor novas tecnologias de aproveitamento, tratamento e disposição final de efluentes gerados de forma a agregar valor ao subproduto, gerar energia passível de uso nos próprios empreendimentos e implantar sistemas de irrigação como disposição final em áreas de pastagem de forma a criar um mecanismo integrado entre laticínios e produtores. Projeto aprovado edital nº. 07/2008 Programa Universidade Sem Fronteiras

5. Integração/Interação de empreendimentos de produção leiteira em agricultura familiar na microrregião CONSAD ENTRE RIOS – Paraná

Estimular e capacitar jovens extensionistas que desenvolvam atividades no setor leiteiro, e que a partir da capacitação possa, introduzir novas perspectivas de gestão e produção visando aperfeiçoar os ganhos na propriedade. Projeto aprovado pelo edital MCT/CNPq/SEAP-PR/CT-AGRONEGÓCIO/CT-VERDE AMARELO/ CT-SAÚDE/CT-HIDRO - Nº 07/2008. Início agosto/2008.

6. Mobilização e Planejamento para a Promoção de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local no Território CONSAD Entre Rios- PR.

Promover ações de desenvolvimento local e segurança alimentar e nutricional por meio de extensão universitária no Território CONSAD ENTRE RIOS, fortalecendo a integração / interação entre Universidade e Território para promover desenvolvimento local e realizar pesquisas aplicadas ao interesse da sociedade a fim de valorizar a produção das pequenas unidades produtivas urbanas e da agricultura familiar. Edital MCT/MDS/CNPq nº 038/2008, início 2010.

Segundo Dowbour (2006, p. 06), para que as atividades funcionem efetivamente, um processo de apoio às iniciativas locais, tecnologias sociais, melhores práticas – seja qual for o termo que as designe – “as diversas instituições têm de construir um sistema articulado [...] se não, teremos sempre projetos caídos de paraquedas, que sobrevivem enquanto durar o apoio de uma instituição determinada”.

Apesar de todos estes recursos serem aprovados através de editais a dificuldade e os desafios ainda são grandes, principalmente em se tratando de capital humano, parte da população que participa dos projetos desconhecem o projeto em que estão inseridos. No que se trata dos representantes das prefeituras no CONSAD a participação do poder

público de forma efetiva se faz de forma tímida. A troca de prefeitos e funcionários nas prefeituras dificulta e atrasa a continuidade dos projetos, sem falar na falta de capacitação profissional e conhecimento e até mesmo na ocupação de certos cargos que são na grande maioria feitos de maneira arbitrária sem nenhum critério técnico profissional.

É preciso que a formação e a informação cheguem as populações beneficiadas para que estas de fato possam fazer parte da construção de uma nova sociedade, até lá temos muito a caminhar para que de fato os projetos e políticas públicas sejam verdadeiramente edificados de baixo para cima, caso contrário, projetos serão feitos apenas no papel e na prática um pequena parcela se beneficiará.

De acordo com Hespagnol (2007, p. 280):

[...] além dos problemas de ordem política e operacional, há estrangulamentos estruturais que dificultam o funcionamento dos conselhos, os quais derivam das limitações da escala municipal, em razão da escassez de recursos financeiros e da inexistência de quadros técnicos na maioria dos pequenos municípios para se formular e executar políticas públicas que visem gerir as demandas cotidianas e estabelecer estratégias para promover o desenvolvimento efetivo.

Dessa forma é essencial que parcerias sejam feitas, em todas as escalas: os agentes sociais locais, a administração pública em seus diversos níveis, as empresas, o terceiro setor, as organizações comunitárias, os sindicatos, as igrejas, para que as ações tenham mecanismos de avaliação e sustentabilidade e não sejam mais uma com data e hora para acabar.

A identidade regional, no caso brasileiro, é fraca e a participação da sociedade civil costuma ser baixa, com isso, a adoção do aspecto territorial e a excessiva descentralização de políticas públicas, apesar de boas intenções, podem ter resultados desfavoráveis dos esperados e diminuir o nível de democratização das decisões em vez de ampliá-los (HESPANHOL, 2007). Além do que a maioria dos municípios do interior do Brasil, a estrutura produtiva está ajustada na agropecuária e a aristocracia rural normalmente desempenha o domínio público. Para tanto ela aproveita os mais diversos

dispositivos para se manter no poder e, assim, desfrutar dos privilégios por ele propiciados.

É preciso também levar em conta a avaliação e monitoramento das ações propostas de modo que haja sustentabilidade e ajustes nas ações propostas inicialmente, nesse contexto, França Filho e Junior (2008) ressaltam que é preciso ter sustentabilidade não apenas na dimensão econômica, mas também social, cultural, ambiental e política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução social entre os agricultores familiares atualmente passa por uma crise por diversas razões, dentre elas os jovens, e principalmente as mulheres, que cada vez mais passam a formular projetos profissionais que apontam para uma ruptura com a agricultura. A sucessão na agricultura familiar tende a ser um processo interno, em que pelo menos um dos filhos dará continuidade as atividades, não sendo aderido por pessoas que não tenham esta vivência.

Atualmente a condição em que uma propriedade familiar vive, segundo a pesquisa mostra, a quantidade de trabalho a ser desenvolvido para que as pequenas unidades familiares tenham de fato acesso as políticas públicas de forma que elas possam viver e dar garantias de sustentação e perpetuação de suas atividades, além do acesso aos serviços públicos básicos tais como: educação, saúde, habitação, transporte, saneamento básico, telefone, lazer entre outros.

A saída dos jovens do campo está ligada a falta de alternativas concretas e viáveis para garantir a sobrevivência da família no campo, levando assim inúmeros jovens a buscarem oportunidades de trabalho na cidade. Para as mulheres, esta realidade agrava-se mais porque as chances de receber uma parte da herança em terras são menores do que as possibilidades dos rapazes. A insuficiência de terra para atender às necessidades de todos os filhos, o trabalho não valorizado, as dificuldades e riscos da atividade agrícola, os obstáculos na continuidade dos estudos, a não aceitação de sugestões dadas pelos jovens aos pais, também são fatores que contribuem na formulação de projetos de futuro.

Os jovens também percebem as diferenças e sabem das dificuldades da vida na cidade como a violência urbana, a qualidade de vida, a alimentação, a correria do dia a dia, o preconceito, o custo de vida, eles não estão iludidos quanto a cidade, no entanto a perspectiva de melhoras os seduzem cada vez mais.

Adicionalmente, cabe abordar outra dimensão. Uma agenda pública regional ou local - o conhecimento e a comunicação como valorização de atributos locais. A lógica econômica não tem normalmente preocupações com o social. Daí a necessidade de se encontrar formas alternativas e inovadoras de gestão, chamando a sociedade a participar e contribuir na construção de soluções para seus problemas, uma vez que o estado muitas vezes não consegue cumprir com suas funções na solução dos impasses

econômicos e sociais, abrindo oportunidades deliberadas para geração trabalho, emprego e renda.

É justamente esta uma das propostas da ecosol, um desenvolvimento que não se limita ao crescimento econômico e compreende as relações entre as pessoas, a organização do trabalho, o resgate da dimensão humana na produção, na comercialização e no consumo. O desenvolvimento proposto envolve o social, o cultural, o político e o afetivo a partir do local, do espaço territorial e também do desenvolvimento sustentável. Contrapondo a visão dos que pregam que os mais fortes sobrevivem e que sobrevivem a partir de práticas e relações competitivas e individualistas.

Muitas vezes as tentativas de organizar a sociedade e suas economias segundo princípios mais justos e solidários fracassam porque uma economia solidária exige, além de desenvolvimento de sua base material, um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população, movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade.

Para que os jovens possam de fato continuar em suas unidades produtivas não necessariamente com atividades ligadas a agricultura, é preciso que estes sejam impulsionados, com uma participação ativa nas organizações nas comunidades, nas escolas e no trabalho. É preciso estimular e ampliar seus espaços de participação nas diversas formas existentes.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Juventude rural: ampliando as oportunidades. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Reordenamento Agrário-DF. **Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>>. Acesso em 02 fev. de 2010.

ARAÚJO, H. E., SILVA, F. A. B. **Economia solidária: um novo paradigma de políticas públicas?** Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p. 09. (Mercado de Trabalho n. 28).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CONSAD e Economia Solidária. **Cadernos CONSAD**. IBAM, 2003. nº 02. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/consad>>. Acesso em: 25 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os desafios da 1 Fase de formação dos CONSADS. **Boletim CONSAD**. Brasília, ano 01, n. 01, abr. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia do CONSAD**. Versão 03, IBAM, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/consad>>. Acesso em: 18 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Altas da economia solidária no Brasil. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 02 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index>>. Acesso em: 08 fev. 2010.

BANCO DO BRASIL. Conte com o Pronaf do Banco do Brasil.

BRENNEISEN, E. C. Entre o campo e a cidade: estratégias organizacionais visando a permanência do jovem no campo. **Revista Espaço Plural**. Ano IX. n. 18, v. 2, p. 31-39, 2008.

CALIARI, T. Produção em alta, concentração em baixa. **Revista Retrato do Brasil**, São Paulo, n. 29, p. 09-12, dez. 2009.

CARNEIRO, M. J. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; Costa, L. F. C. (Org.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/carne.rtf>>. Acesso em 02 fev. de 2010.

CARVALHO, F. X. Programas federais para a juventude em execução. In: \_\_\_\_\_. **Análise da configuração de políticas públicas para a juventude a partir de 1990: evidenciando concepções e estratégias neoliberais.** 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2006. p. 84-87.

CASTRO, E. G. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. In: Memória del **VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural.** Quito, 2006.

CORAGGIO, J. L. Economia do Trabalho. **Cadernos da Fundação Luis Eduardo Magalhães.** 2003. Disponível em: <<http://www2.flem.org.br/cadernosflem/autores/jose-luis-coraggio>> . Acesso em: 30 out. 2008.

CULTI, M. N. Breve histórico e perspectiva da economia solidária no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários.** 2006. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. p. 31-57. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/>>. Acesso em: 15 de jan. 2008.

DOWBOR, L. **Redes de apoio ao desenvolvimento local:** uma estratégia de inclusão produtiva. set. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/wp/?p=686>>. Acesso em: 10 jun.2008.

ENDLICH, M. A. **Condição social e política nas pequenas cidades.** In: \_\_\_\_\_. **Pensando os papéis das pequenas cidades do noroeste do Paraná.** 2006. 505 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: 2006. p. 380-424.

FILHO, F. G. C. de; JUNIOR, G. S. **Economia solidária e desenvolvimento local:** uma contribuição para redefinição da noção de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/ar/07genautolocal>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. **O que é APL?** Disponível em: <<http://www.ielpr.org.br/apl/>>. Acesso em: 26 mai. 2008.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO BRASIL. **Políticas públicas para a agricultura familiar.** FETRAF-SUL/CUT: 2006.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de exclusão e inclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem fronteiras.** Presidente Prudente. v. 3, n. 1, p. 11-27. Jan/jun 2003. Disponível em: <<http://>>

[www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf](http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2009.

FREIRE, P. A teoria da ação antidualógica. In: \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: 23ª edição. Paz e Terra, 1983.

GIRARDI, P. Atlas da questão agrária brasileira. 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>>. Acesso em: 03 fev. 2010.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 271-287.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Juventude rural: alguns impasses e importância para a agricultura familiar**. In: CASTRO J.A., AQUINO L. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**.

I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PARNÁ. **Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**. Documento Base. Curitiba, 2006.

III CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**. Documento Base. Fortaleza, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Seção Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2007.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba, 2004.

KRAEMER, L. Políticas Sociais e população rural: um resgate necessário. In: \_\_\_\_\_. **A assistência social e a população rural na região da produção no RG: a (in) visibilidade como condicionante da garantia de acesso**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 19-50.

KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares : entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, G., LARA, F., COSTA, B., (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Salvador: Vozes, 2000.

LARA, F. **Economia Solidária: retomando uma discussão**. [s.n.]. Disponível em: <<http://www.capina.org.br/download/pub/ecosolretdisc.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2008.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2003.

MANETTI, Dione. O projeto de promoção do desenvolvimento local e a economia solidária da SENAES/MTE. In: **Políticas públicas em Economia Solidária: reflexões da Rede de Gestores**. Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro. Recife: Universitária UFPE., 2008.

OLIVEIRA, A. U. A agricultura camponesa no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Contradições do Desenvolvimento Capitalista na Agricultura**. São Paulo: Contexto, 1991. p.18-27. Capítulo 02.

OLIVEIRA, B.A. de; VERANO, L. Economia Solidária e desenvolvimento. In: **Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária**. Caderno de aprofundamentos. 2007.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do paranaense**. 2. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PAULINO, E.T. Camponeses. In: **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 27-64. Capítulo 01.

PEREIRA, J. L. G. Educação, gênero e os projetos de vida dos jovens rurais de Baixada de Salinas/RJ. **Revista Ruris**. v. 2, p. 71-97, Campinas, 2008.

PRAXEDES, S. F. **Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. Economia solidária e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. 4p. (Mercado de Trabalho n. 39).

RIBEIRO, G. L. Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento. **Revista Novos Estudos**. 2008, p. 109-125.

ROCHA, M. M. As cidades periféricas da mesorregião norte central paranaense: os vazios demográficos e o desenvolvimento. **I Seminário Internacional de Rio Claro**. Rio Claro, 2004.

SABOURIN, E. Que políticas públicas para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v.22, n3, p.715-751, set/dez.2007.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v.18, n. 51, p.99-122, fev. 2003

SCHWENGBER, A. **Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil**: a contribuição da rede de gestores. 2004. Disponível em: Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_rede.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_rede.pdf)>. Acesso em: 02 de fev 2010.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. Programa jovem agricultor aprendiz. Disponível em: <[http://www.senarpr.org.br/index.php?option=com\\_wrapper&Itemid=15](http://www.senarpr.org.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=15)>. Acesso em: 22 mar. de 2010.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, 114p.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER P.; SOUZA A. R. de (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Economia Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** Brasília: SENAES, 2004. p. 4-8.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária. In: Cattani A. D. ( Org.). **A outra economia**. 1. ed. Porto Alegre: Veraz, 2003.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária e Ministério do Trabalho e Emprego. Economia Solidária e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. 6p., (Mercado de Trabalho, n 39).

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos Feministas**. Florianópolis: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura de Santa Catarina: jan./abr., 2004.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Nead/MDA, 2005. v. 1. 76 p.

\_\_\_\_\_. N. Jovens Agricultores: intersecções entre relações sociais de gênero e projetos profissionais. In: **Fazendo Gênero 7**, 2006, Florianópolis. Anais Fazendo Gênero 7, 2006.

\_\_\_\_\_. N. Juventude como categoria sociológica. In: \_\_\_\_\_. **A situação juvenil na agricultura família**. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p.51-86. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

ZANCHET, Maria Salete. Características dos empreendimentos de economia solidária no Paraná. In: \_\_\_\_\_. **Análise Conjuntural**. v. 30, n. 9-10, 2008. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol\\_30\\_5d.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_30_5d.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2010.

**ANEXOS**

### **Roteiro de entrevista com jovens**

#### **1) Conhecimentos/significados do espaço em que vive**

A história da cidade, bairro, família, enquanto produtores.

A experiência dos seus “conhecidos”

Conversam com você a respeito? O que falam?

Quais as características que te chamam a atenção?

Quais as dificuldades que percebe?

Como são as práticas do dia-a-dia dos produtores?

Já participou de atividades desenvolvidas por algum órgão, ex Universidade, Emater etc, que valoriza a agricultura? Quais? O que achou? O que achou do curso que participou com a Universidade?

Seus pais vêm como um lugar para você trabalhar, continuar e melhorar o trabalho dos pais?

O que falam sobre isso?

O que acha que os pais esperam para o seu futuro?

O que acha que as pessoas pensam do trabalho rural?

#### **2) Educação – Trabalho**

Como acha que o seu estudo está ajudando sua vida profissional (atual e futura)?

O que vê na escola sobre o mundo do trabalho/ preparação para o trabalho?

(Ex: Tipos de trabalho/ empreendedorismo / desemprego/ profissões do futuro / cooperativismo / alternativas)

Tem outros lugares que você aprende sobre o que acontece no mundo trabalho?

Sente falta de algum conhecimento sobre isso? O que faz para buscá-lo?

#### **3) Vida profissional – projetos para o futuro:**

Histórico de trabalho (se já trabalhou)

No que pretende trabalhar? É o que deseja ou o que acha possível?

O que está fazendo para que isso se realize?

Faculdade que curso pretende fazer? Por quê?

Deseja continuar morando no município? Por quê?

O transporte até a universidade quem fornece?

Dificuldades/facilidades que encontra para isso acontecer

Você vê o trabalho com a terra, como possibilidade de trabalho futuro? Por quê?

O que teria que mudar para você considerá-la como possibilidade?

**Questionário com responsável pela propriedade****01. Qual o nome do(a) Sr.(a)?****02. Qual a idade do(a) Sr(a)?** 25 a 30 anos 31 a 35 anos 36 a 40 anos 41 a 45 anos 46 a 50 anos 51 a 60 anos mais de 60**03. Qual seu estado?** Casad@ Solteir@ Amasiad@/amigado/companheiro Viúvo Separado/divorciado**04. Qual a escolaridade do Sr.(a)?** nenhuma Lê e escreve mas não foi a escola 1º Grau/ ensino fundamental 2º Grau/ensino médio 3º Grau**05. Qual a escolaridade do(a) esposo(a)?** nenhuma Lê e escreve mas não foi a escola 1º Grau/ ensino fundamental 2º Grau/ensino médio 3º Grau**06. O Sr (a) tem filhos?** sim  não**07- Quantos filhos o ( a) Sr (a) tem?** 01-02  03-04  05  acima de 05**08- Qual a escolaridade dos filhos?** Não tem filhos não tem idade escolar

- pararam de estudar
- nunca estudaram
- Lê e escreve mas não foi a escola
- 1º Grau/ ensino fundamental
- 2º Grau/ensino médio
- 3º Grau

**09. Quais os motivos para não estudarem?**

- faltam recursos financeiros
- falta interesse
- por falta de perspectivas (pra quê estudar?)
- Já concluíram os estudos do ensino fundamental
- Já concluíram os estudos do ensino médio
- não tem idade escolar
- não tem filhos
- Outro

**10- Qual a renda de toda a familiar?**

- Até um salário mínimo
- de 1 a 3 salários
- de 3 a 5 salários
- de 5 a 6 salários
- mais de 6 salários

**11- Qual é a cidade onde o(a) Sr.(a) mora?**

**12- De onde o Sr(a) veio?**

- sempre morou em .....
- Estado de São Paulo
- Estado do Paraná
- outros estados \_\_\_\_\_

**13- A casa do(a) Sr.(a) é:**

- própria
- Alugada
- Cedida/emprestada
- Invadida
- Outra

**14- O Sr(a) participa de algum grupo religioso?**

- sim
  - não
- Qual?

**15- O que o Sr (a) costuma comer no dia-a-dia?**

- arroz

- feijão
- pães, bolos,
- macarrão
- saladas
- legumes
- frutas
- carne de boi
- carne de frango
- peixe
- carne suína
- leite e seus derivados

**16- Quais suas atividades de lazer?**

- não tenho lazer
- assistir tv
- visitar parentes/amigos
- pescar
- futebol
- outros

**17. Qual a atividade principal da família?**

- rural
- urbana

**18- Se rural:**

- fruticultura
- mandioca
- gado de leite
- gado de corte
- café
- Outros:

**19- Se urbana:**

- prestação de serviços
- comércio
- usina de cana
- indústria
- outros

**PROPRIEDADE****20 - Qual a área da Propriedade:**

- até 2,5 a 5 alqueires
- 5 a 10 alqueires
- 11 a 15 alqueires



- Laticínios
- Cooperativa
- Intermediário/Atravessador
- cerealista
- Outro:

**28- O que o senhor poderia produzir para venda?**

- fruticultura
- mandioca
- milho
- gado de leite
- gado de corte
- hortaliças
- feijão
- avicultura
- outros

**29 - Por que não produz?**

- não possui recursos financeiros
- pouca área
- não tem idade
- problemas de saúde
- falta de mão-de-obra
- outros

**30 – Quantas pessoas trabalham na propriedade?**

- 1 - 2     3 - 4     5 - 6     7 - 8     9- 10

**31 - Quantas são da sua família?**

- 1 - 2     3 - 4     5 - 6     7 - 8     9- 10

**32 - Quantas são funcionários Fixos?**

- 1 - 2     3 - 4     5 - 6     7 - 8     9- 10

**33 - Quantas são funcionários temporários?**

- 1 - 2     3 - 4     5 - 6     7 - 8     9- 10

**34 – Em relação aos filhos:**

- Moram e trabalham no campo
- Moram no campo e trabalham na cidade
- Moram e trabalham na cidade
- Moram na cidade e trabalham no campo
- Outro:

**35 – O Sr(a) utiliza algum financiamento?**

- Sim

Não

**36- Qual?**

PRONAF ( Banco do Brasil)

Outros \_\_\_\_\_

**37- Qual a finalidade desse financiamento?**

construção de benfeitorias

compra de equipamentos/implementos

custeio da produção (compra de adubos, herbicidas, inseticidas, etc)

Outros \_\_\_\_\_

**38 – O Sr(a) utiliza assistência técnica?**

Sim

Não

Frequentemente

As vezes

Raramente

**39 – Quem fornece assistência técnica na sua propriedade?**

Associação ou Cooperativa

Particular

Pública (Emater, Universidade, Prefeitura)

Outros:

**40 – Qual trabalho que o técnico desenvolve na sua propriedade?**

Elabora projetos/Acesso a crédito

Assistência técnica na produção

Outro:

**41 Sr(a) considera a assistência técnica:**

Muito Boa

Boa

Regular

Ruim

Não sabe

**42-O Sr.(a) vê a possibilidade de participar de uma cooperativa ou associação de produtores familiares?**

sim  não

**FOTOS**



Foto 1- Jovens produtores da região Entre Rios  
Fonte: arquivo pessoal, 2008.



Foto 2: Propriedade de Maria Helena  
Fonte: arquivo pessoal, 2008.



Foto 3: Igreja na propriedade da família de Rondon  
Fonte: arquivo pessoal, 2008.



Foto 4: Encontro de formação em economia solidária  
Fonte: arquivo pessoal, 2008.



Foto 5: Encontro de formação em desenvolvimento local  
Fonte: arquivo pessoal, 2008.



Foto 6: Propriedade em Guaporema  
Fonte: arquivo pessoal, 2008.



Foto 7: Vista da propriedade  
Fonte: arquivo pessoal, 2008.



Foto 8: Produtora de Mariluz  
Fonte: arquivo pessoal, 2010.